REVISTA

IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XVII - NÚMERO 97 - BIMESTRAL - 2022
www.ibefrio.org.br

Helio Saboya, advogado : A OAB e as quatro linhas

Rafael Segrera: Eletricidade 4.0 e o impacto positivo nas empresas

Renata Homem de Melo e Cindy Sofia Lai: SAF e regulamentação

Luiz Sassá Jr.: Open Bank depende de fidelização e segurança

IBEF
Rio de Janeiro

KINCAID
MENDES VIANNA
ADVOGADOS

90 ANOS

O **desafio** de ontem leva ao
resultado de hoje.
O **resultado** de hoje leva ao
desafio de amanhã.

KINCAID | MENDES VIANNA ADVOGADOS
Comprometidos com os seus desafios.

RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | BRASÍLIA | VITÓRIA

Editorial

Ressignificando

Em 10 de junho o IBEF Rio estará promovendo no Centro de Convenções Prodigy – Aeroporto Santos Dumont o XVI Fórum IBEF – RIO ENERGIA 2022. Estarão presentes os principais players desse mercado. Na oportunidade entre outros assuntos de interesse do setor estaremos avaliando os prós e contra do ISG, que merecem nossa especial atenção para trilharmos um caminho seguro de desenvolvimento.

As empresas precisam ser ouvidas e ter tranquilidade para fazer frente a esta importante onda de evolução.

Nesta edição da **Revista IBEF** contamos mais uma vez com matérias e artigos de importantes executivos do mercado financeiro e jurídico brasileiro.

Boa leitura a todos!

Marcos Chouin Varejão - Abril 2022

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Gustavo Montezano, presidente do BNDES.

OPINIÃO.....5
Helio Saboya Filho: A OAB e as quatro linhas.

NACIONAL.....6
Agronegócio brasileiro tem superávit de US$ 9,3 bilhões em fevereiro de 2022.

OPINIÃO.....7
Mariano Ferrari: avançando na transição energética.

OPINIÃO.....8
Rafael Segrera: Eletricidade 4.0: novo conceito para a descarbonização do planeta e o impacto positivo na receita das empresas.

NACIONAL.....9
Pró-labore x distribuição de lucros: entenda diferenças e o que pode mudar com a reforma tributária.

OPINIÃO.....10
Luiz Sassá Jr: Sucesso do Open Banking depende de boa estratégia de fidelização e segurança.

INTERNACIONAL.....11
Indústria global de diamantes atinge novo recorde em 2021, aponta relatório da Bain.

OPINIÃO.....12
Renata Homem de Melo e Cindy Sofia Lai: Sociedade Anônima do Futebol e sua regulamentação.

NACIONAL.....14
Cerca de R$ 19,5 bilhões em investimentos foram anunciados no último mês.

INTERNACIONAL.....16
No mundo digital, influenciadores de investimentos ganham 36 seguidores por minuto em 2021.

OPINIÃO.....18
Elenise Rocha: Chatbots e Inteligência Artificial são tendência na Educação Corporativa.

OPINIÃO.....19
Sofia Gancedo: Brasil desigual: como ampliar o acesso à educação financeira às mulheres?

ECONOMIA.....20
Leandro Dutra: ESG de dentro para fora.

DAY TRADE.....22
Coluna de informação.

NACIONAL.....24
Serviço Florestal Brasileiro completa 15 anos de gestão das florestas públicas federais.

NACIONAL.....25
Brasil tem pior clima econômico entre dez países latino-americanos

OPINIÃO.....26
Maria Vitória S. Cantidiano: Home office e isolamento: como fica a nossa criatividade?

ESTANTE.....27
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....28
Almanaque Carioquice 2022 traz dicas e encantos da Cidade Maravilhosa, revelando sua pluralidade e diversidade.

NACIONAL.....30
O que um quintal cimentado tem a ver com as enchentes nas cidades?

OPINIÃO.....32
Cassiano Cavalcanti: Biometria comportamental ajuda os bancos a identificar possíveis situações de perigo dos clientes.

NACIONAL.....33
Kantar: compras de abastecimento caem,conveniência ganha destaque e e-commerce estabiliza em 2021

OPINIÃO.....34
Estela Aquino: Teoria da perda da chance.

JURISPRUDÊNCIA.....36
Cruzeiro marítimo deve pagar impostos sobre mercadorias comercializadas em território brasileiro.

OPINIÃO.....37
Leandro Otávio Sobrinho: Momento é propício para investimento em imóveis nos EUA.

OPINIÃO.....38
Thiago Vallandro Flores e Rodrigo Murussi: Mercado brasileiro recepciona regulamentação de energia eólica offshore.

NACIONAL.....40
Ministério do Meio Ambiente quer incentivar cadeia do biogás no Brasil.

BNDES registra lucro líquido recorde em 2021 e passa a ter a maior carteira de concessões de infraestrutura do mundo

Gustavo Montezano, é graduado em engenharia mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e mestre em finanças pelo IBMEC. Montezano iniciou sua carreira como analista de Privety Equity no Banco Opportunity, no Rio de Janeiro. Foi sócio diretor do Banco BTG Pactual em São Paulo, onde era responsável pela divisão de crédito corporativo. Atuou ainda como diretor de operações na Engelhart Commodities Trading Parners (ECTP), anteriormente conhecida como BTG Pactual Commodities, em Londres.

Também ocupou o cargo de Secretário Especial Adjunto de Desestatização, Desinvestimento e Mercado do Ministério da Economia.

- Banco registrou R$ 34,1 bilhões de lucro líquido, maior valor de sua série histórica, 65% acima de 2020
- Resultado foi influenciado principalmente por venda de participações societárias e debêntures, além de maiores receitas com dividendos
- BNDES se tornou o maior estruturador de projetos de concessão em infraestrutura entre seus pares, de acordo com ranking da provedora de dados Infralogic
- Carteira do banco inclui saneamento, transporte, infraestrutura urbana e energia com mais de R$ 270 bilhões em investimentos previstos

O BNDES apresentou lucro líquido recorde de R$ 34,1 bilhões em 2021, volume 65% superior ao registrado em 2020, resultado fortemente marcado por ganhos com participações societárias (R$ 30,6 bilhões) e com a intermediação financeira

(R$ 19,9 bilhões). Também ao final do ano, o Banco foi apontado pela provedora de dados Infralogic como o maior estruturador de PPPs, Concessões e Privatizações em infraestrutura para concessão entre seus pares, desbancando o IFC (Banco Mundial), o Banco de Investimentos Europeu (EIB) e o Banco Europeu Para Reconstrução e Desenvolvimento (ERDB), entre outros. O Banco fechou 2021 com 167 projetos em sua carteira, dos quais 19 já foram leiloados, o que totaliza investimentos previstos da ordem de R$ 383 bilhões – R$ 109 bilhões referentes aos projetos já leiloados. Os resultados foram apresentados nesta sexta-feira (25), pelo presidente Gustavo Montezano e por demais integrantes da diretoria do BNDES.

O lucro líquido anual de R$ 34,1 bilhões foi impactado ainda pelas alienações de ações de Vale, Klabin e JBS – que contribuíram com lucro líquido de R$ 6,0 bilhões, R$ 1,0 bilhão e R$ 1,0 bilhão, respectivamente – e receita com dividendos/JCP, acumulando R$ 7,3 bilhões (líquidos de tributos) – com destaque para Petrobras, Copel e Eletrobras. Também contribuiu para o bom desempenho o resultado positivo de equivalência patrimonial, que totalizou R$ 4,3 bilhões no ano – basicamente de JBS –, a reversão de provisão para perdas em investimentos na Petrobras (efeito líquido de R$ 3,5 bilhões) e a venda de debêntures da Vale (R$ 2,1 bilhões).

O resultado recorrente, que exclui operações de desinvestimento da carteira de renda variável e provisões para risco de crédito, entre outros, foi de R$ 15,8 bilhões em 2021. O indicador apresentou aumento de 96,9% quando comparado a 2020 (R$ 8,0 bilhões), refletindo a maior receita com dividendos/JCP e o acréscimo no produto da intermediação financeira, o que demonstra a consistência também da carteira de crédito do banco.

Sustentabilidade – Ao fim de 2021, 53,5% das operações de crédito do BNDES (considerando operações diretas e indiretas não automáticas) estavam ligados a projetos que apoiavam a economia verde e o desenvolvimento social. No ano, os desembolsos para iniciativas dessa natureza totalizaram R$ 7,8 bilhões e R$ 10,0 bilhões, respectivamente.

Cerca de 83% dos desembolsos (R$ 53,5 bilhões) do ano contribuíram para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU, totalizando quase 180 mil operações. Ao todo foi viabilizada a geração de 1.730 MW de energia eólica – o suficiente para atender 3,3 milhões de residências – implementados 3.197 km de rede de distribuição de gás natural e construídas 2.142 cisternas em escolas públicas rurais, dentre outras Entregas para a Sociedade.

Considerando o legado ambiental do BNDES desde a assinatura do Acordo de Paris em 2015, o apoio financeiro do BNDES viabilizou, dentre outros resultados, o plantio de 1,8 milhão de mudas e de 830 mil hectares de florestas. Nesses sete anos, as operações financiadas pela instituição evitaram a emissão de cerca de 74,4 milhões de toneladas de gás carbônico, equivalentes a cerca de 28 anos de emissões da frota de veículos da cidade de São Paulo.

Fábrica de Projetos – O reconhecimento do BNDES pela Infralogic como o maior estruturador de PPPs, concessões e privatizações em infraestrutura do mundo entre seus pares, é resultado do trabalho implementado pela Fábrica de Projetos. Atualmente, a carteira conta com 148 projetos em estruturação e 19 projetos leiloados, totalizando investimentos previstos da ordem de R$ 383 bilhões. Ela vem ampliando a atração de capital privado para a viabilização de empreendimentos que teriam dificuldade de serem custeados somente por recursos públicos e faz parte da estratégia atual de atuar no desenvolvimento da economia nacional como um banco multiprodutos.

O principal exemplo de êxito nesse campo em 2021 foram os leilões de concessão dos quatro blocos de saneamento do Rio de Janeiro, que arrecadaram R$ 24,8 bilhões e devem gerar R$ 32 bilhões em investimentos. Além desses, o Amapá fez a concessão integrada do saneamento básico de seus 16 municípios, com R$ 3,2 bilhões em investimentos e o estado do Alagoas leiloou mais dois blocos, com destaque para o Bloco B, integrando 34 cidades do Agreste e do Sertão alagoanos, arrematado por R$ 1,2 bilhão (ágio de +37.551%). Todos esses leilões foram estruturados pelo BNDES e preveem a universalização do serviço de água e esgoto para cerca de 17 milhões de pessoas, além de investimentos em despoluição e urbanização de áreas carentes.

Ao todo, em 12 meses foram leiloados 7 ativos de saneamento, 3 de energia elétrica e 1 de gás natural, mobilizando R$ 92,5 bilhões entre investimento e outorgas.

Resultado financeiro trimestral – No último trimestre de 2021, o BNDES registrou lucro líquido de R$ 7,7 bilhões. O desempenho foi fortemente influenciado pelo resultado com participações societárias, principalmente receita com dividendos/JCP (R$ 3,2 bilhões, líquidos de tributos) – com destaque para Petrobras –, resultado positivo de equivalência patrimonial (R$ 1,1 bilhão) – basicamente JBS –, além de alienação de ações, – também de JBS –, contribuindo com um lucro líquido de R$ 1,0 bilhão. Além de ter gerado retorno positivo, essas operações contribuíram para diminuir o risco da carteira de renda variável do Banco às oscilações do mercado de capitais.

Em 2021, o produto de intermediação financeira atingiu R$ 19,9 bilhões, aumento de 55,2% em comparação ao ano de

2020, impactado pelo resultado na venda de debêntures, pelo aumento do saldo médio de disponibilidades, decorrente da monetização parcial da carteira de participações societárias (alienações de investimentos) e pela elevação na taxa SELIC, que remunera as disponibilidades, incluindo efeito de derivativos de taxa de juros.

Ativos – O ativo do Sistema BNDES totalizou R$ 737,2 bilhões em 31 de dezembro de 2021, uma redução de 5,3% em relação a 31 de dezembro de 2020, decorrente, principalmente, das liquidações antecipadas de R$ 63,0 bilhões ao Tesouro Nacional.

Carteira – A carteira de crédito e repasses, líquida de provisão, totalizou R$ 439,5 bilhões, representando 59,6% dos ativos totais em 31 de dezembro de 2021 e manteve-se no mesmo patamar de 2020 (decréscimo de 1,7%). O efeito da apropriação de variação cambial e juros foi compensado pelo retorno líquido da carteira no ano. Os desembolsos totais, incluindo debêntures, outros ativos de crédito, operações de renda variável e não reembolsáveis, somaram R$ 64,3 bilhões em 2021.

Inadimplência – A inadimplência (+ 90 dias), se manteve baixa, 0,19% em 31 de dezembro de 2021, inferior à inadimplência do Sistema Financeiro Nacional (2,30% na mesma data). A boa qualidade da carteira de crédito e repasses foi mantida, uma vez que 91,3% das operações estavam classificadas nos mais baixos níveis de risco (entre AA e C) em 31 de dezembro de 2021. Esse percentual foi ligeiramente inferior ao registrado pelo Sistema Financeiro Nacional, de 91,9% em 30 de setembro de 2021 (última informação disponível).

O índice de renegociação atingiu 15,17% em 31 de dezembro de 2021, em função das renegociações no âmbito do programa emergencial Standstill – Setor Elétrico, para usinas hidrelétricas acima de 50 MW de capacidade instalada, que alcançaram 6,34% da carteira bruta. Desconsiderando efeitos de Standstill – Setor Elétrico e Standstill COVID-19, o índice de renegociação ficou em 1,66%.

A carteira de participações societárias totalizou R$ 66,6 bilhões em 31 de dezembro de 2021. A posição representa um decréscimo de 14,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, em função das alienações de ações ocorridas ao longo de 2021 (R$ 16,4 bilhões). A carteira de participações societárias (avaliação gerencial) a valor justo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 77,9 bilhões.

Fontes de recursos – Em 31 de dezembro de 2021, FAT e Tesouro Nacional representavam 51,9% e 18,6%, respectivamente, das fontes de recursos do BNDES.

O valor devido pelo BNDES ao Tesouro Nacional totalizou R$ 124,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 36,3% em relação à posição em 31 de dezembro de 2020. O decréscimo decorreu de liquidações antecipadas, no montante de R$ 63 bilhões, além de pagamentos ordinários de R$ 12,8 bilhões.

O FAT se manteve como principal credor do BNDES. Em 2021, ingressaram R$ 22,2 bilhões de recursos, sendo o saldo do fundo com o Banco de R$ 347,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

O passivo com captações externas totalizou R$ 33,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021, um decréscimo de 5,7% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2020, em função, principalmente, de amortizações contratuais.

Patrimônio líquido – O patrimônio líquido atingiu R$ 127,0 bilhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 12,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido de R$ 34,1 bilhões foi atenuado pelo ajuste de avaliação patrimonial negativo, líquido de tributos, de R$ 11,4 bilhões, além do pagamento de dividendos/JCP intermediários de R$ 8,7 bilhões.

Limites prudenciais – Base para o cálculo dos limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Central (Bacen), o Patrimônio de Referência totalizou R$ 190,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (ante R$ 194,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

O Índice de Basileia manteve-se em situação confortável, oscilando de 41,2% ao final de dezembro de 2020 para 40,2% em dezembro de 2021, acima dos 10% exigidos pelo Banco Central. O decréscimo decorre do pré-pagamento de Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, no montante de R$ 13,5 bilhões, ajuste de avaliação patrimonial negativo de R$ 11,4 bilhões e pagamento de dividendos/JCP intermediários de R$ 8,7 bilhões, atenuados pelo lucro líquido de R$ 34,1 bilhões no período.

As demonstrações financeiras do BNDES e suas subsidiárias estão disponíveis no Portal de Relações com Investidores do BNDES:
https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/

Sobre o BNDES – Fundado em 1952 e atualmente vinculado ao Ministério da Economia, o BNDES é o principal instrumento do Governo Federal para promover investimentos de longo prazo na economia brasileira. Suas ações têm foco no impacto socioambiental e econômico no Brasil. O Banco oferece condições especiais para micro, pequenas e médias empresas, além de linhas de investimentos sociais, direcionadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano. Em situações de crise, o Banco atua de forma anticíclica e auxilia na formulação das soluções para a retomada do crescimento da economia.

A OAB e as quatro linhas

*Helio Saboya Filho**

Ao fim de 2021, a Ordem dos Advogados do Brasil registrou o total de 1.238.119 profissionais inscritos. A vingar a tendência de cursos jurídicos à distância (ou virtuais), muito em breve chegaremos à casa dos dois milhões. Só estamos atrás dos Estados Unidos da América e da Índia, países muito mais populosos. O *download* da carteira digital da OAB via *smartphone* tornou obsoleto o anel de doutor, dourado com um rubi encravado. O diploma em pergaminho com laço de cetim é agora um print.

Com o mercado saturado de "ilustres causídicos", muitos formandos não conseguirão exercer o oficio de profissional liberal. Alguns tentarão concursos para magistratura, defensoria pública ou ministério público. Outros buscarão vagas em escritórios ou empresas. Há ainda aqueles que usarão o diploma da faculdade como credencial para tentar seguir carreira política, pois não é de hoje que a classe ocupa as primeiras posições nos registros de candidaturas apresentados à Justiça Eleitoral. Se no Século XIX Machado de Assis com fina ironia descreveu o "País dos Bacharéis" e a "Teoria do Medalhão", hoje teria que se valer do mais ácido sarcasmo.

A Constituição dispõe que o advogado é indispensável à administração da justiça (art.133) e, como ensina Sergio Bermudes, citando um velho aforismo inglês, "quem é seu próprio advogado tem por cliente um tolo". Ou seja, um certo número de causídicos serve até para livrar-nos da tentação de advogar em causa própria. De preferência bons, é claro. O problema é que, ressalvadas algumas exceções, os cursos jurídicos não são ilhas de excelência em meio a um oceano altamente poluído pelo ensino universitário de baixa qualidade.

Como demonstram os resultados apurados por suas bancas examinadoras, o exame da OAB funciona como um filtro, habilitando quem estiver melhor preparado para seguir em frente e estimulando quem não passou a estudar um pouco mais. O que me parece mais importante é o foco na Ética Profissional e na Filosofia do Direito, matérias que têm maior peso na pontuação.

A autonomia da instituição para ministrar a prova já foi reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, mas apesar de se arvorar de defensor da meritocracia e de insistir que joga dentro das quatro linhas, o atual presidente da República insiste na ameaça de sacar a Bic para extingui-la, sob o seguinte argumento. "Imagine comigo isso. Eu faço quatro anos de Academia das Agulhas Negras e depois tenho que fazer uma prova para saber se eu posso ou não ser oficial do Exército!"

De fato, difícil imaginar se o então aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, submetendo-se a um teste análogo ao da Ordem dos Advogados do Brasil, escaparia de ser processado, já como capitão, por "comportamento aético e incompatível com o pundonor militar e o decoro da classe". Uma coisa é certa: nessa delicada situação, nada melhor do que ter na defesa um patrono aprovado pelo órgão.

** Sócio-fundador de Saboya, Direito, Muanis – Advogados.*

Agronegócio brasileiro tem superávit de US$ 9,3 bilhões em fevereiro de 2022

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou os dados de fevereiro de 2022 do comércio exterior do agronegócio brasileiro que mostram que houve saldo positivo de US$ 9,3 bilhões na balança comercial do agronegócio. As exportações do setor fecharam fevereiro em US$ 10,5 bilhões, com aumento de 64,5% na comparação com mês do ano passado, e o valor das importações foi de US$ 1,2 bilhão, com aumento de 2,0% frente a igual mês do ano anterior. Para a balança comercial total (com produtos de todos os setores), os resultados apontam superávit de US$ 4,0 milhões, conforme tabela abaixo:

Os resultados acumulados em doze meses se mostraram ainda mais expressivos. O valor das exportações do agronegócio teve alta de 27,1% ante igual período do ano anterior e o valor das importações de 8,0%, contribuindo para a alta de 30,1% no saldo da balança comercial do setor, o que corresponde a US$ 113,6 bilhões neste período.

A alta do valor das exportações no mês de fevereiro é justificada, em parte, devido à forte elevação dos preços internacionais das principais commodities da pauta exportadora brasileira. O preço internacional da soja e do milho estão próximos das máximas históricas. Como resultado, em fevereiro, o valor mensal das exportações ficou acima do registrado em qualquer mês de 2019 e 2020.

A alta dos preços internacionais da carne bovina e a demanda aquecida devem contribuir para a manutenção dos altos valores das exportações desse produto em 2022. Já a exportação de carne suína foi impactada pela queda nos preços internacionais, motivada pela redução das importações chinesas, país em que este rebanho tem apresentado recomposição. Em fevereiro, os envios de carne suína brasileira para China caíram 48% em relação a fevereiro de 2021. A queda que foi parcialmente compensada pelos demais destinos, todavia, fechou com volume exportado 12,7% inferior ao de fevereiro passado.

O café apresentou crescimento das quantidades exportadas, após quedas mensais seguidas entre julho de 2021 e janeiro de 2022. A exportação ajudou a conter o viés de valorização dos preços que durava desde o fim do ano passado e se agravou com a eclosão do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Além da alta em valor na maior parte das commodities exportadas, dez dos quinze produtos acompanhados pelo Grupo de Conjuntura da Dimac também apresentaram alta na quantidade exportada. A principal contribuição para o desempenho de fevereiro vem do complexo da soja e da carne bovina, com as maiores variações em relação a fevereiro de 2021: soja em grãos (137,0%), farelo de soja (52,8%), óleo de soja (30,0%) e carne bovina (42,0%). Apesar desse desempenho positivo da soja no início do ano, reflexo do recorde de safra e aumento dos estoques na safra 2020/2021, a estimativa de queda de produção para a safra atual – prevista pelo IBGE e a Conab – tende a prejudicar a quantidade exportada do produto e de seus derivados em 2022.

Assim como as exportações, as importações do agronegócio em fevereiro também apresentaram alta, com crescimento de 2,0%. O destaque foi o trigo, principal produto da pauta, com crescimento de 10,9% em quantidade e 26,5% em valor. A alta nos preços internacionais do grão vem sendo observada após o início do conflito entre Rússia e Ucrânia, dois dos maiores exportadores do produto. Mesmo com a estimativa de crescimento de 2,6% da produção brasileira estimada pela Conab, a demanda doméstica continuará não sendo atendida pela produção nacional e, por isso, as incertezas frente à produção e comercialização mundial do produto gerarão consequências para o mercado doméstico brasileiro este ano, principalmente nos produtos que usam o trigo como insumo, como pães e massas.

A nota reforça que há dois fatores que têm contribuído para mudanças significativas no comércio mundial de commodities. O primeiro se refere às mudanças climáticas e outros fenômenos como a La Niña e as estiagens que impactaram principalmente a produção de grãos, açúcar, café e proteína animal. O outro motivo relaciona-se à incerteza quanto à oferta de diversos produtos comprometidos pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Países no entorno do conflito, como Bulgária e Hungria, reduziram ou suspenderam as exportações de grãos devido ao risco de desabastecimento interno. Em consequência, os preços dos ativos energéticos, metálicos e grãos sofreram fortes altas em março. Enquanto isso, as demais soft commodities, como açúcar, café, cacau e até mesmo a carne bovina, interromperam a sequência de altas, revertendo em queda, devido a sua menor essencialidade em um cenário de conflitos.

Na economia e no esporte ganha quem sai na frente.

O que é SAF?

SAF – Sociedade Anônima do Futebol, lei que transforma os clubes de futebol em empresas, com modelo de gestão diferente do modelo tradicional de clubes no Brasil.

Imagem: iStock

LEXBRIDGE
FUSÕES & AQUISIÇÕES

55 21 99130-7919

novosnegocios@lexbridge.com.br | www.lexbridge.com.br

Eletricidade 4.0: novo conceito para a descarbonização do planeta e o impacto positivo na receita das empresas

*Rafael Segrera**

O Brasil passa por um momento de desafios severos no abastecimento hídrico, o que impacta diretamente a geração de energia. Prova desse impacto é que já tivemos um registro de crescimento acima de 100% na tarifa de energia, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Como a energia desempenha papel vital em nossas vidas, é necessário analisar cada etapa da cadeia de valor, da geração, transmissão e distribuição, ao uso e consumo de energia, e disseminar a mudança contínua na mentalidade e nas práticas corporativas nacionais e internacionais, maximizando a performance energética das organizações com mínimo impacto ao meio ambiente.

Nesse contexto, acredito que a Eletricidade 4.0 é o caminho para a gestão efetiva da aplicação dos recursos energéticos e para evitar medidas mais drásticas, como o racionamento, ao ampliar a visibilidade das oportunidades de resposta à demanda, eficiência energética e redução associada de emissões de carbono em ritmo significativo e, consequentemente, beneficiando o planeta ao promover o uso da energia de forma resiliente, segura, e muito mais sustentável.

Por unir a eficiência da gestão de energia com o potencial da digitalização, a Eletricidade 4.0 torna-se um diferencial no engajamento em ações sustentáveis. Ela influencia não apenas a reputação de uma empresa perante seus parceiros e clientes, mas principalmente o seu resultado financeiro, por elucidar o impacto do uso da energia e recursos na matriz de competitividade da organização, permitindo concatenar esforços em prol de um melhor desempenho dos negócios.

"Eletricidade Quatro Ponto Zero" remete ao termo "Indústria Quatro Ponto Zero" e vem do conceito de Quarta Revolução Industrial. Porém, há outro significado mais profundo que usaremos cada vez mais: "Eletricidade para Zero", com a implicação de zero desperdício, zero emissões ou zero carbono.

A gestão é possível por meio das tecnologias de automação, que permitem racionalizar o uso da energia, por meio da ampla capacidade de comando e controle de processos, instalações e equipamentos, reduzindo o consumo de uma empresa entre 30 e 40%. Por sua vez, a digitalização torna essa energia "inteligente", gerando informações e dados relevantes para tomada de decisão em tempo real, dando transparência ao manuseio e gerenciamento dos dados sobre a performance energética.

Atuando em conjunto, os dois fatores produzem aumento da eficiência e eliminam o desperdício, além de permitir a integração de fontes energéticas em qualquer escala e ao longo de todo sistema elétrico - reduzindo perdas e maximizando o uso de infraestrutura, "traçando" um caminho para a sustentabilidade, uma vez que a eletricidade continua sendo o melhor e mais eficiente vetor de descarbonização.

É uma forma de agilizar a "recuperação verde" do planeta, por ser uma solução difusa, com grande capacidade de geração de emprego e renda, impedindo que o mesmo seja irreversivelmente impactado pelas mudanças climáticas e pela falta de integração dos recursos energéticos.

Tudo isso compõe uma inovação que certamente proverá para as empresas a máxima segurança energética - a partir de uma energia "acessível, renovável e inteligente", combinando todo o potencial de redes inteligentes, geração distribuída, armazenagem, resposta à demanda e eficiência energética, devido à integração total proporcionada pela Eletricidade 4.0.

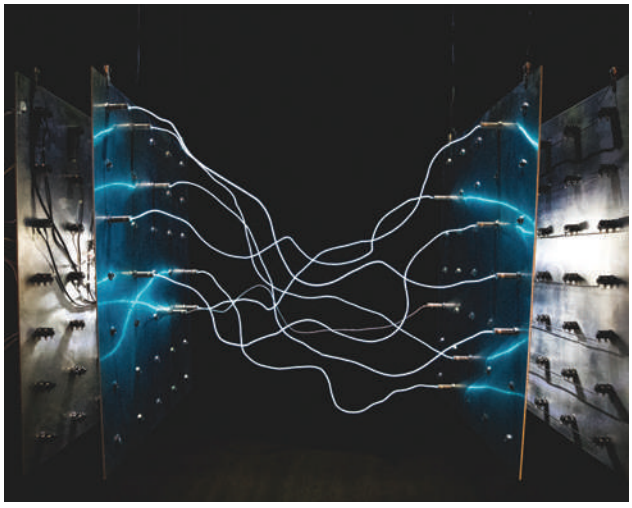


FOTO: ISRAEL PALACIO - UNSPLASH

**Presidente da Schneider Electric para a América do Sul.*

Pró-labore x distribuição de lucros: entenda diferenças e o que pode mudar com a reforma tributária

Sistemas de remuneração comuns utilizados para sócios de empresas acontecem em situações diferentes. A advogada tributarista Eduarda Prada Radtke, do escritório Flávio Pinheiro Neto Advogados aponta distinções de cada modelo

No mundo corporativo, há duas formas do empresário e seus sócios receberem remuneração: a distribuição de lucros e o pró-labore. O pró-labore é uma remuneração mensal que deve ser calculada com base no trabalho executado pelos sócios na empresa, semelhante ao salário. É, basicamente, o pagamento pelos serviços prestados, definido de acordo com cargo e função.

"Quando o sócio, além de proprietário da empresa, efetivamente trabalha na sociedade, ele deve ter um salário, uma remuneração pelo serviço que ele prestou. É através dele que o empresário pode contribuir para a previdência, por exemplo. Esse valor é pago independentemente de a empresa ter lucros ou não. Além disso, ele deve ser compatível com as funções exercidas por esse sócio", explica a advogada tributarista Eduarda Prada Radtke, do escritório Flávio Pinheiro Neto Advogados.

Em contrapartida, existe outra forma de remuneração utilizada com frequência pelas empresas, que é a distribuição de lucros. Ao contrário do pró-labore, que seria um salário mensal, a distribuição acontece geralmente de forma anual, semestral ou trimestral. Ela não envolve apenas os sócios que exercem alguma atividade dentro do negócio, mas inclui também acionistas e investidores, independentemente de terem trabalhado ou não no negócio.

"A diferença entre estas duas formas de remuneração é que, enquanto o pró-labore deve ser pago tendo a empresa apurado lucro ou não, a distribuição de lucros acontece somente quando a empresa tem, de fato, lucratividade. Outra importante diferença entre as duas é que sobre a segunda não incidem impostos, como Imposto de Renda (IRPF) e a contribuição previdenciária (INSS)", diz a advogada.

A Reforma Tributária, em análise na Comissão de Constituição e Justiça, deve alterar essa realidade de isenção no que diz respeito aos impostos sobre a distribuição de lucros. A advogada detalha o que deve mudar e alerta para que as empresas tenham atenção quanto à distribuição do lucro.

Eduarda Prada Radtke, advogada tributarista na Flávio Pinheiro Neto Advogados.

"Se as mudanças previstas na reforma forem aprovadas, os lucros distribuídos aos sócios de empresas do Lucro Real - com faturamento bruto superior a R$ 78 milhões - serão tributados na fonte, com alíquota de 15% sobre os valores pagos a cada sócio. Já para microempresas e empresas de pequeno porte, tributadas pelo Simples Nacional, haverá isenção, assim como para empresas do Lucro Presumido com receita bruta de até R$ 4,8 milhões no ano anterior", explica Eduarda.

Assim, apesar de distintos, pró-labore e distribuição de lucros precisam ser organizados dentro da gestão tributária da empresa, visando a redução de impostos e o cumprimento legal. Afinal, a remuneração do sócio deve ser vista como uma forma de compensar os esforços e não a geração de novos custos para a empresa.

Escritório especializado em soluções jurídicas para diversas áreas da atividade empresarial, o Flávio Pinheiro Neto Advogados conta com profissionais que atuam com direito bancário, direito societário, direito tributário, planejamento sucessório e holding familiar, gestão estratégica de passivo e contencioso. Possui ainda equipe qualificada para apoiar empresas que buscam desenvolver planejamento para gestão de crise através de comitê que avalia a realização de ações para assegurar a saúde financeira do negócio em momentos de instabilidade.

Sucesso do Open Banking depende de boa estratégia de fidelização e segurança

*Luiz Sassá Jr**

Novos modelos de negócios trazem incertezas e riscos tanto para usuários quanto para desenvolvedores de soluções inovadoras para o mercado. A chegada do Open Banking no Brasil, apesar de indicar um passo importante no desenvolvimento do sistema financeiro, também apresenta alguns desafios para que possa funcionar de maneira adequada e, principalmente, segura.

No Reino Unido, onde o sistema já começou a ser utilizado, uma pesquisa feita pela Forrester Research em parceria com a TransUnion apontou que 86% das pessoas consideram preocupante os riscos relacionados à violação de informações pessoais. O resultado traz uma reflexão fundamental sobre esse novo cenário que começa a se desenvolver em solo brasileiro. A regulamentação e aplicações da LGPD têm auxiliado para combater esse tipo de problema, mas, ainda assim, os números de ataques cibernéticos, especialmente direcionados a grandes empresas, só crescem.

É claro que a tecnologia que envolve o Open Banking foi pensada e desenvolvida com padrões elevados de segurança. Além disso, até o momento, não houve registro de incidentes de segurança reportados pelo Banco Central no ecossistema do Open Banking. Entretanto, embora esse cenário ainda esteja sendo explorado por todas as partes, é preciso considerar desafios que possam surgir ao longo do processo de implantação da tecnologia, que não se limitam apenas à segurança, mas também a estratégias de captação e manutenção dos clientes nas carteiras de cada instituição financeira envolvida.

Primeiramente, com a possibilidade de que os bancos tenham acesso aos dados dos clientes em potencial, será mais fácil que eles possam ofertar soluções e condições personalizadas para cada perfil. Isso significa que os usuários poderão migrar para outras instituições a depender da oferta que melhor agradar. Por isso, um dos desafios mais importantes dessa nova fase do setor financeiro brasileiro é com relação a estratégias de fidelização de clientes. Esse recurso passa pela extração de dados necessários para que as instituições consigam ter um diferencial competitivo por meio dos produtos, além de usar as informações de maneira cada vez mais personalizada. Criar squads para manutenção do ecossistema das perspectivas de novos negócios e realizar atualizações regulatórias também são fatores primordiais para evitar diferentes tipos de problemas que possam envolver a nova tecnologia.

Todo o core do Open Banking foi criado com base na LGPD, já que a API de consentimento deve declarar quais informações serão utilizadas e por quanto tempo a instituição deverá ter posse delas. Isso permite que o cliente possa, a qualquer momento, revogar o acesso de seus dados com as instituições com as quais os compartilhou. Ainda assim, como relatado por usuários do Reino Unido, a segurança sobre o acesso a esses dados pessoais preocupa e deve ser considerada para garantir um funcionamento sem riscos.

O que quero dizer é que, melhorar a experiência dos usuários, modernizando cada vez mais seus legados e atuando fortemente na inteligência de dados são importantes caminhos a serem seguidos pelas instituições envolvidas no processo do Open Banking. Mas, mais que isso, permanecer em constante alerta a respeito de condições de privacidade e consentimento é um trabalho crucial para que a solução seja melhor aceita e utilizada de forma adequada.

Para contribuir com esse processo, as empresas de tecnologia, como a Infosys, possuem certificações e produtos que atendem essas necessidades, como a ISO 27001, por exemplo. Além disso, as companhias já estão trabalhando no desenvolvimento de soluções voltadas para a segurança bancária. Essas soluções atuam como um catálogo que reúne milhares de APIs para atender não apenas o contexto regulatório e de segurança do Open Banking, mas também no contexto de negócios, para realizar empréstimos, câmbio, entre outros serviços que passaram a ser oferecidos a partir da chegada da quarta fase de implantação da tecnologia no Brasil.

A chegada de mais uma etapa também fez com que muitos testes e novos produtos, com taxas menores, mais flexíveis e com melhores condições para os clientes fossem realizados. A fase 4 do Open Banking, iniciada em dezembro, escalonou a implementação a partir das etapas de obtenção da certificação funcional das APIs e registro no ambiente produtivo do Diretório de Participantes das APIs relativas a produtos e serviços de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; credenciamento em arranjos de pagamento; câmbio e contas de depósito a prazo e outros produtos com natureza de investimento.

O que ocorre é que, nesta nova etapa, Por outro lado, começa a possibilidade de compartilhamento estruturado de dados de produtos e serviços não abrangidos nas fases anteriores ou em sistemas equivalentes no mundo, gerando, é claro, uma grande preocupação por parte das instituições financeiras. Por isso, pensar em estratégias de escalonamento é fundamental para que o desenvolvimento dessas soluções seja efetivo.

Por isso, os clientes devem se atentar aos dados que estão sendo consentidos e com qual instituição estão sendo compartilhados, além de entender quais canais de atendimento cada instituição oferece para solução de problemas, com o cuidado de sempre confirmar a identidade do contato ou do acesso, o que diminui ainda mais as possibilidades de ser vítima de algum tipo de golpe ou ataque cibernético, por exemplo. Campanhas de conscientização, por parte das próprias instituições, também são bem-vindas para ampliar esse sentimento de segurança e privacidade por parte dos usuários.

**Diretor de Serviços Financeiros da Infosys Brasil.*

Indústria global de diamantes atinge novo recorde em 2021, aponta relatório da Bain

Vendas de diamantes brutos, diamantes lapidados e joias com diamantes cresceram 62%, 55% e 29%, respectivamente

Após um declínio observado em 2020 em razão da pandemia da covid-19, a indústria global de diamantes obteve um crescimento expressivo no ano passado. É o que mostrou um estudo divulgado pela Bain & Company em conjunto com a Antwerp World Diamond Centre's (AWDC). Ao longo de 2021, a receita no segmento de mineração de diamantes aumentou 62%; no corte e polimento a alta foi de 55%; e as vendas no varejo de joias com diamantes avançou 29%. Os segmentos subiram acima dos níveis pré-pandemia. em +13, +16% e +11%, respectivamente.

O estudo Global Diamond Report 2021-2022 observou que o ano passado começou com uma forte temporada do Ano Novo Chinês e do Dia dos Namorados, que representam duas das maiores receitas anuais do setor. A busca dos consumidores por esse tipo de produto, somados a uma maior capacidade do poder de compra e uma expansão de lojas para outras localidades impulsionaram a compra de joias com diamantes, destacou o relatório.

Os varejistas on-line viram um crescimento nas vendas, especialmente na Ásia, à medida que novos canais foram abertos para vendas de joias com diamantes. A demanda cresceu ainda mais durante o segundo semestre de 2021, em preparação para a temporada de férias de inverno no hemisfério norte.

"2021 foi um ano de novos recordes na indústria de diamantes, pois varejistas, cortadores, polidores e mineradores viram um aumento na demanda e no crescimento da receita", afirmou Olya Linde, sócia da prática de Energia e Recursos Naturais da Bain & Company e autora do estudo. "Ao longo da cadeia de valor, a indústria experimentou uma recuperação e uma expansão em uma velocidade inesperada, o que pegou os envolvidos de surpresa."

O estudo apontou ainda que, em 2020, a produção foi limitada devido a um declínio na demanda, com os responsáveis pelo corte e pelo polimento na Índia relançando a produção no primeiro e segundo trimestres de 2021 e começando a comprar ativamente diamantes brutos. A demanda robusta do consumidor, com os estoques esgotados, contribuíram para uma maior demanda por diamantes brutos em toda a gama de sortimento. Mesmo diamantes pequenos e de qualidade próxima a gemas com desempenho inferior tiveram desempenho positivo.

A Bain destaca ainda no relatório que as principais tendências continuaram suas trajetórias pré-pandemia, especialmente a divergência entre diamantes cultivados em laboratório dos diamantes extraídos naturalmente, além de uma ênfase crescente nas agendas ambientais, sociais e de governança (ESG) por parte dos produtores. Os tópicos ESG apareceram nas agendas executivas em toda a cadeia de valor, com impacto climático e transparência de origem. Ambas as questões exigem cooperação entre os atores de mineração, corte e polimento e varejo.

Combinados, tanto os produtores como os varejistas geraram um total de US$ 7 bilhões a mais de lucro em 2021 em comparação com 2020. Isso foi resultado de melhores condições de mercado e programas de excelência operacional que o setor realizou para combater bloqueios e ameaças competitivas. Outras etapas da cadeia, como o downstream, também se beneficiaram do crescimento em regiões mais lucrativas. O aumento nas compras online contribuíram para uma rotatividade de estoque mais rápida e custos operacionais mais baixos.

O estudo Global Diamond Report 2021-2022, da Bain & Company e da Antwerp World Diamond Centre's (AWDC), pode ser acessado na íntegra aqui.

Sobre a Bain & Company

Somos uma consultoria global que auxilia empresas e organizações a promover mudanças que definam o futuro dos negócios. Com 63 escritórios em 38 países, trabalhamos em conjunto com nossos clientes, como um único time, com o propósito compartilhado de obter resultados extraordinários, superar a concorrência e redefinir indústrias. Em 2022, a Bain completa 25 anos de atuação na América do Sul, trabalhando fortemente em conjunto com as maiores companhias líderes de seus segmentos. Complementamos nosso conhecimento especializado integrado e personalizado com um ecossistema de inovação digital a fim de entregar melhores resultados, com maior rapidez e durabilidade.

Com o compromisso de investir mais de US$1 bilhão em serviços "pro bono", em 10 anos, usamos nosso talento, conhecimento especializado e percepção em prol de organizações que enfrentam atualmente os desafios urgentes relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, meio ambiente, equidade racial e justiça social. Recentemente, recebemos a classificação ouro da EcoVadis, plataforma líder em classificações de desempenho ambiental, social e ético para cadeias de suprimentos globais, o que nos coloca entre os 2% melhores de todas as companhias.

Desde nossa fundação em 1973, medimos nosso sucesso pelo de nossos clientes e temos o orgulho de manter o mais alto nível de satisfação em nossa indústria.

Saiba mais em www.bain.com.br e em nosso LinkedIn Bain & Company Brasil.

Sociedade Anônima do Futebol e sua regulamentação

*Renata Homem de Melo e Cindy Sofia Lai**

A Lei n° 14.193, de 6 de agosto de 2021, criou a Sociedade Anônima do Futebol (SAF) e trouxe em sua regulamentação normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística e tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas.

Mas o que é exatamente a SAF? SAF é uma sociedade, de natureza empresarial (ao contrário dos clubes de futebol que a grande maioria são constituídos como associações sem fins lucrativos), cuja atividade principal consiste na prática do futebol, feminino e masculino, em competições profissionais, e está sujeita às regras específicas da Lei 14.193/2021 e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e da Lei nº 9.615/1998 ("Lei Pelé").

Assim, dentre as atividades de uma SAF estão compreendidas: ações de fomento e desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática do futebol; formação de atletas profissionais de futebol e obtenção de receitas decorrentes da transação dos seus direitos econômicos; exploração dos direitos de propriedade intelectual; e exploração econômica de ativos sobre os quais tenha direitos.

Conforme previsto na Lei 14.193/2021, uma SAF poderá ser constituída por uma das três formas: pela transformação do clube ou sociedade empresarial dedicada ao fomento e à prática do futebol ("Pessoa Jurídica Original"); pela cisão do departamento de futebol do clube ou Pessoa Jurídica Original e transferência do seu patrimônio relacionado à atividade futebol; ou pela iniciativa de pessoa natural ou jurídica ou de fundo de investimento.

Em relação ao capital social, a integralização pelo clube ou Pessoa Jurídica Original poderá ser feita por meio da transferência à SAF de seus ativos, tais como nome, marca, dísticos, símbolos, propriedades, patrimônio, ativos imobilizados e mobilizados, inclusive registros, licenças, direitos desportivos sobre atletas e sua repercussão econômica.

Contudo, para fins de governança da SAF, algumas restrições foram determinadas: o acionista controlador da SAF não poderá deter participação, direta ou indireta, em outra SAF; na hipótese de algum acionista deter 10% ou mais do capital votante ou total da SAF, sem a controlar, se participar do capital social de outra SAF, perderá o direito a voz e a voto nas assembleias gerais e não poderá participar da administração destas, de nenhuma forma.

Para a administração da SAF são obrigatórias a existência e o funcionamento permanente de um Conselho de Administração e de um Conselho Fiscal (como paralelo, vale saber que em uma sociedade anônima de capital fechado o conselho de administração não é obrigatório e a instalação do conselho fiscal não é permanente).

Ainda, a Lei 14.193/2021 elenca os cargos e pessoas que não poderão ser integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal ou Diretoria da SAF, em razão de colidência de interesses, tais como: atleta profissional de futebol com contrato de trabalho desportivo vigente; membro de qualquer órgão de administração, deliberação ou fiscalização, bem como de órgão executivo, de outra SAF; treinador de futebol em atividade com contrato celebrado com clube, Pessoa Jurídica Original ou SAF; membro de qualquer órgão de administração, deliberação ou fiscalização, bem como de órgão executivo, de clube ou Pessoa Jurídica Original, salvo daquele que deu origem ou constituiu a SAF; árbitro de futebol; membro de órgão de administração, deliberação ou fiscalização, bem como de órgão executivo, de entidade de administração.

Para fins de transparência, vale observar que a SAF também deverá informar o seu beneficiário final e nos casos em que um sócio pessoa jurídica detiver participação igual ou superior a 5% do capital social da SAF deverá informar

tanto a SAF, como à entidade nacional de administração do desporto, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o nome, a qualificação, o endereço e os dados de contato da pessoa natural que, direta ou indiretamente, exerça o seu controle ou que seja a beneficiária final, sob pena de suspensão dos direitos políticos e retenção dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio ou de outra forma de remuneração declarados, até o cumprimento desse dever.

Ainda em relação à transparência e em se tratando de sociedade anônima, a Lei 14.193/2021 estabeleceu que a SAF que tiver receita bruta de até R$ 78 milhões poderá realizar todas as publicações obrigatórias por lei de forma eletrônica, mantendo em site pelo prazo de 10 anos, formato esse que traz uma relevante economia.

Na seara tributária, destaca-se uma inovação trazida pela Lei 14.193/2021, sendo a criação do Regime de Tributação Especial do Futebol (TEF) que unificou vários tributos federais, quais sejam o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e a contribuição destinada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em um único imposto com alíquota mensal, nos cinco primeiros anos, de 5% e a partir do sexto ano de 4%, sendo que nos cinco primeiros anos a alíquota incidirá sobre todas as receitas da SAF, exceto sobre a cessão de direitos de atletas, que a partir do sexto ano, passa a ser incluída.

Outra novidade da norma e relevante para este setor é a possibilidade de captação de recursos através emissão de debêntures pela SAF, denominadas "debêntures-fut", que possuem como características: (i) remuneração por taxa de juros não inferior ao rendimento anualizado da caderneta de poupança, permitida a estipulação, cumulativa, de remuneração variável, vinculada ou referenciada às atividades ou ativos da SAF; (ii) prazo igual ou superior a dois anos; (iii) vedação à recompra das debêntures-fut pela SAF ou por parte a ela relacionada e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários; (iv) pagamento periódico de rendimentos; e (v) registro das debêntures-fut em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

Dessa maneira, com a vigência da lei, o futebol brasileiro que enfrenta grandes desafios com a gestão pouco profissional dos clubes e poucas formas de financiamento, passa a ter uma luz no fim do túnel, sendo possível ao clube de futebol a sua formação como empresa, com suas peculiaridades, tais como sua estrutura societária e de governança, estrutura tributária e as formas para a captação de recursos no mercado e obtenção de parceiros econômicos.

As alternativas para a formação de uma SAF lembram o movimento que ocorreu com as instituições de ensino superior há mais de 20 anos, quando foi permitida a transformação de sociedades sem fins lucrativos em sociedades com fins lucrativos. Ainda que os avanços trazidos pela Lei 14.193/2021 não sejam garantia de sucesso, é uma boa oportunidade para os clubes se reorganizarem em todos os sentidos.

Sócias da área Societário e M&A do FAS Advogados.

Cerca de R$ 19,5 bilhões em investimentos foram anunciados no último mês

- A montadora chinesa Great Wall Motors vai investir R$ 10 bilhões para iniciar suas operações no Brasil. Aporte será direcionado para iniciar produção de carros e construir uma fábrica em Iracemápolis (SP).
- A NELOG planeja investir R$ 2,35 bilhões no Complexo do Pecém (CE) de 2023 até 2026. A planta possui uma área de 83,5 hectares e deverá contar com quatro terminais para o transporte de minério de ferro, grãos agrícolas, fertilizantes e contêineres.
- A Ouro Verde pretende investir R$ 1,6 bilhão em 2022. Montante será utilizado para ampliação de atuação através da compra de caminhões e equipamentos agrícolas.
- A Volvo investirá R$ 1,5 bilhão em suas operações no país até 2025. Total será alocado em operações no país, principalmente para pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.
- O Pão de Açúcar investirá R$ 1 bilhão em 2022.
- A Central Sicredi Norte/Nordeste investirá R$ 1 bilhão em 2022. Aporte será direcionado para a construção de 50 novas agências no Pará e em estados do Nordeste.
- A Porto do Açu planeja investir R$ 610 milhões para construir e operar uma ferrovia no Estado do Rio de Janeiro.
- A Kavak irá investir R$ 550 milhões para iniciar suas operações no Estado do Rio de Janeiro.
- A Cibra investirá R$ 430 milhões para expandir produção de adubos no Brasil.
- A Uisa e a Geo Biogás & Tech investirão R$ 220 milhões para construir usina de biogás em Nova Olímpia (MT). O cronograma prevê a construção por até 18 meses e início das operações em janeiro de 2024. A empresa investirá também em outras tecnologias, como a produção de metanol, amônia verde e hidrogênio verde, produzidos a partir do biogás.
- A Kepler Weber vai investir R$ 65,3 milhões na sua planta industrial no Estado do Rio Grande do Sul até 2025.
- A Sulgás investirá R$ 50 milhões no Estado do Rio Grande do Sul em 2022.
- A Brasil ao Cubo investirá R$ 50 milhões para a construção de nova fábrica no Estado de Santa Catarina em 2023.
- O Governo do Estado de São Paulo investirá R$ 34,1 milhões para a realização de obras na estação da CPTM em Itaqua, com prazo de execução de 30 meses.
- O Giraffas irá investir R$ 30 milhões em novas unidades em 2022. Montante será direcionado para a expansão, investimentos em formatos como contêineres e drive thru, além de reforçar o sistema de delivery.

Fonte DEPEC Bradesco www.economiaemdia.com.br

CONFIANÇA É FUNDAMENTAL

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

BRANCO

brancoconsultores.com

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111
7° andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.050-91
Tel.: 21 3231-5900

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

No mundo digital, influenciadores de investimentos ganham 36 seguidores por minuto em 2021

Segundo pesquisa inédita da Anbima, o número de seguidores desses influenciadores digitais cresceu 23,6% e chegou a 91,5 milhões. Eles foram responsáveis por 406 mil publicações em seus perfis, o que representa um aumento de 153% em relação à primeira pesquisa, o que representa um novo post a cada dois minutos

Você já se deparou com algum post no Facebook sobre o comportamento do dólar, um comentário no Instagram sobre a volatilidade das ações ou até mesmo uma discussão no Twitter sobre criptomoedas? Pois é, esses assuntos se tornaram cada vez mais comuns nas redes sociais. Não à toa, o número de influenciadores digitais que falam sobre investimentos só cresce. A segunda edição da pesquisa "FInfluence: quem fala de investimentos nas redes sociais", feita pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), da qual o Valor Investe teve acesso com exclusividade, mostra esse crescimento tanto no número de influenciadores quanto de seguidores.

Entre 6 de fevereiro e 31 de dezembro do ano passado, o levantamento identificou 277 influenciadores ativos, o que representa 11 influenciadores a mais do que a primeira edição da pesquisa, entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021. Mas o número que de fato chama atenção é o de seguidores, que alcançou a marca dos 91,5 milhões, o que representa um crescimento de 23,6% comparado à primeira pesquisa. Considerando esse aumento e o tempo da pesquisa, isso significa 36 seguidores a mais por minuto, nada mau. É importante lembrar que, não necessariamente o número de seguidores significa número de pessoas, uma vez que uma mesma pessoa pode seguir o mesmo influenciador várias vezes, em diferentes redes sociais.

Esses influenciadores foram responsáveis por 406 mil publicações em seus perfis, o que representa um novo post a cada dois minutos. Comparando com a pesquisa anterior, que identificou 160 mil posts, houve um aumento de 153%. Do total das publicações, 62,5% foram no Twitter, vindo bem abaixo o Instagram e o Facebook, com 15,6% e 12%, respectivamente. Apesar da ainda baixa participação, o Face e o Instagram ganharam um pedaço do mercado do Twitter de uma pesquisa para outra. Enquanto o Twitter perdeu 8,5 pontos percentuais (caindo de 71% para os atuais 62,5%), o Face ganhou 3,6 pontos (indo de 8,4% para 12%) e o Insta, 3,8 pontos (subindo de 11,8% para 15,6%).

Vale destacar que todos os números consideram dados públicos dos perfis dos influenciadores nas redes sociais. Existem dados de engajamento e audiência que são privados e que, portanto, somente o dono do perfil tem acesso a eles.

Para Marcelo Billi, superintendente de comunicação, certificação e educação de investidores da Anbima, esses números são a prova de que os influenciadores vieram atender a uma enorme demanda dos investidores (especialmente os de menor porte) por informações e da forma mais simples e informal possível, o que muitas vezes eles não encontram em bancos e corretoras.

"Essa enorme busca por influenciadores mostra que em muitos momentos os investidores procuram nesses canais um aconselhamento financeiro, uma conversa de igual para igual, que em muitos momentos as instituições financeiras não estão conseguindo atender", disse Billi ao Valor Investe.

OS TOP 10

A pesquisa da Anbima também mostra quais são os dez maiores influenciadores na área de investimentos. Em primeiro lugar está o "Economista Sincero", do economista Charles Mendlowicz. Em seguida vem a Nathália Arcuri (seu perfil pessoal); em terceiro lugar Bruno Perini, do canal "Você MAIS Rico" e em quarto lugar o canal "Me Poupe!", perfil institucional da própria Nathália Arcuri. (ver tabela abaixo). Novamente, vale lembrar que a Anbima chega nesse resultado com uma metodologia que usa apenas dados públicos desses influenciadores.

Há vários tipos de influenciadores, mas as cinco maiores categorias (produtores de conteúdo, analistas, 'traders', investidores independentes e especialistas), juntas, respondem por 59% de tudo que é postado pelos influenciadores de investimentos. O maior grupo é o de produtores de conteúdo (são 53 influenciadores, dos 277 identificados), do qual faz

parte o trabalho de pessoas como: Charles Mendlowicz, Nathália Arcuri, Bruno Perini, Thiago Nigro (do Primo Rico) e Gustavo Cerbasi.

Percebendo a força desses influenciadores e de seus canais em diferentes redes sociais, bancos e corretoras trataram de se aproximar dessas figuras e, de lambuja, conseguir atingir os seus seguidores, muitas vezes na casa dos milhões.

A pesquisa da Anbima mostra que, dos 277 influenciadores mapeados, 17% já tiveram alguma relação com instituição financeira, como banco, corretora e plataforma de investimentos. A XP lidera o ranking, tendo parceria com seis influenciadores, com três influenciadores cada vêm o BTG, a Clear, EQI, Genial e Suno, e com dois influenciadores cada estão Modal, Clube do Valor e NuInvest.

Quando perguntado se essa relação entre instituições e influenciadores em última instância pode configurar algum conflito de interesse (afinal de contas essas pessoas podem indicar produtos que façam parte do portfólio desse parceiro financeiro), Billi lembra que sempre pode haver uma zona cinzenta nesses relacionamentos, mas que sempre pode ser resolvida com transparência.

"É legítimo bancos, corretoras, assets quererem se aproximar das pessoas que chegam ao grande público. A única coisa é que os termos do relacionamento precisam estar claros para todo mundo. Se o influenciador X tem um contrato comercial com o banco Y, ele pode falar dos produtos desse banco, mas as pessoas precisam saber que existe uma relação entre eles", explica Billi.

CRIPTOS NA CRISTA DA ONDA

Agora, se você tem a impressão que as criptomoedas (bitcoin, ethereum e outros nomes ainda mais exóticos) estão na crista da onda, pois até os seus amigos comentam sobre isso numa roda de bar, acertou. Elas de fato estão e a relevância desse assunto na ampla pesquisa feita pela Anbima corrobora a tese.

Vários indicadores apontam o crescimento desse tema dentro do setor de investimentos. Na primeira edição da pesquisa de influenciadores da Anbima, foram registradas 7.300 menções às criptomoedas e nesta segunda edição foram 23 mil menções, ou seja, um crescimento de 215% praticamente de um ano para o outro.

Outro aspecto que leva para essa mesma direção das criptos como a atual menina dos olhos dos investidores é que, entre os ativos financeiros, os três mais citados pelos influenciadores são: moedas, com 27% das menções, ações, com 24,5% e em seguida as moedas virtuais, com 21,3%. As criptos deixam comendo poeira assuntos muito mais

tradicionais da indústria de investimentos, como: dividendos (com apenas 10,6% das menções), commodities (2%), CDI (1,4%) e Tesouro Direto (tímido 1,1%).

Segundo o superintendente da Anbima, a entidade colocou as moedas virtuais entre as prioridades do seu Plano Anual de Ação de 2022 exatamente para entender melhor esse novo mundo das criptomoedas e que ganha cada vez mais peso na carteira dos investidores. "Queremos entender e nos aproximar desse segmento de finanças descentralizadas [conhecidas como DeFi]", diz Billi. A entidade também deve criar uma auto regulação para a gestão de ativos de criptomoedas.

Por fim, a pesquisa também detectou que existe uma grande demanda por conteúdos que falem sobre operações de curto prazo em bolsa, como o "day trade" (operação de compra e venda de um papel no mesmo dia). Como em tudo em que há demanda, há oferta, dos 277 influenciadores mapeados pelo estudo, 32 se encaixam na categoria de "traders", que são aqueles que, geralmente, mostram as suas rotinas de comprar e vender ações, dão dicas de operações em bolsa, muitas delas de curtíssimo prazo, feitas para o investidor ganhar (ou perder) rapidamente.

O que se comenta no mercado é que vários desses profissionais de mercado usam da placa "influenciador digital" para simplesmente manipular o mercado ao seu favor. Explico: ele compra uma ação e depois sai falando nas redes maravilhas dessa empresa para o papel se valorizar e, assim, poder vender a ação valorizada para os incautos que caíram no conto do vigário.

Esse comportamento tem preocupado o mercado e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já disse em várias ocasiões que está de olhos bem abertos para esse tipo de atuação. Billi, da Anbima, lembra que pessoas mal-intencionadas, querendo manipular o mercado, existe desde que o mundo é mundo. A diferença é que agora eles usam a tecnologia para os seus malfeitos, o que antes era feito por telefone ou no boca a boca mesmo. Mas Billi acredita que, quanto mais gente olhando o assunto, e o levantamento é uma prova de que os influenciadores viraram peça fundamental no mosaico de investimentos, mais difícil fica das más atitudes passarem despercebidas.

Por Daniele Camba, Valor Investe - São Paulo

Chatbots e Inteligência Artificial são tendência na Educação Corporativa

*Elenise Rocha**

Os chatbots com inteligência artificial estão cada vez mais inseridos em nossas vidas, haja visto a Siri, Cortana, Alexa dentre outros. Então, por que eu não os inserir também no dia a dia do mundo corporativo?

Sempre friso que a Educação Corporativa precisa acompanhar esses movimentos e experimentar as inovações para se manter conectada ao seu público interno e externo. Com a evolução das tecnologias educacionais através da realidade virtual, realidade aumentada e mobile learning, as empresas têm tido a oportunidade de criar treinamentos mais interativos e completos.

Já o emprego destas tecnologias em treinamentos corporativos tem contribuído para aumentar o aprendizado dos funcionários e, consequentemente, fazendo com que as empresas atinjam melhores resultados.

Mas, o que são chatbots? O termo "bots", é o diminutivo de robot (robô em inglês). Portanto, o termo chatbots pode ser compreendido de forma mais simples como "softwares de respostas automáticas". Ou seja, é um programa de computador que tenta simular um ser humano na conversação com as pessoas, fazendo o uso de inteligência artificial. A Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência da computação que busca simular a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas.

O uso de chatbots e inteligência artificial em treinamentos corporativos representa a mais recente inovação para apoiar o processo de aprendizagem. Os assistentes virtuais têm a função de reforçar e apoiar o processo de aprendizagem.

E como isso ocorre? Os assistentes virtuais (chatbots) apoiam os alunos no esclarecimento de dúvidas pontuais e acompanham seu desempenho ao longo de todo o treinamento. De uma forma interessante e inovadora, recomendam conteúdos e ações que estão alinhadas ao interesse individual de cada aluno para incentivá-lo a aprender ainda mais com base no uso da Inteligência Artificial.

Listei abaixo alguns benefícios do uso de chatbots e Inteligência Artificial nos treinamentos corporativos para as empresas. São eles:

- Aumento do engajamento dos alunos nos treinamentos;
- Melhora no processo de avaliação da eficiência e eficácia do treinamento;
- Aumento da qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- Direcionamento dos conteúdos de forma personalizada;
- Identificação das dificuldades pontuais de cada aluno;
- Previsão com base em dados atuais e recomendações futuras;
- Classificação das ações que podem ser implementadas para gerar melhorias nos treinamentos futuros e;
- Identificação de preferências e perfis de aprendizagem, dentre outros.

Listei também alguns dos benefícios para os alunos. São eles:

- Agilidade no esclarecimento de dúvidas pontuais;
- Acompanhamento do desempenho e feedback imediato;
- Apoio e estímulo à continuidade do curso;
- Acesso aos relatórios detalhados sobre o processo de aprendizagem;
- Acompanhamento da evolução nos treinamentos; e
- Indicação de conteúdos relevantes e personalizados que condizem com sua forma de aprendizagem.

À medida que as empresas evoluem no uso de tecnologias educacionais, conseguem gerar dados que estimulam a criação de indicadores de valor e que mostram o impacto dos programas de aprendizado na estratégia organizacional.

Já o uso correto de tecnologias educacionais e learning analytics, além de mostrar o que aconteceu no treinamento, oportuniza mostrar às partes interessadas o que poderá acontecer após o treinamento ao analisar dados que predizem comportamentos futuros.

Claro que, para chegar neste resultado, é fundamental que os profissionais de Educação Corporativa se conectem às tendências e busquem adaptar essas inovações conforme a particularidade de cada programa de aprendizado e conforme a realidade da sua organização. Além de plenamente possível, é altamente eficaz.

**Diretora da Rb Learning, Gamification Researcher, Facilitadora da Metodologia Lego® Serious Play® e especialista em Educação Corporativa, E-learning, Gamificação, Gestão Estratégica do Conhecimento, Gestão Estratégica de RH e Ambientes Virtuais de Aprendizagem.*

Brasil desigual: como ampliar o acesso à educação financeira às mulheres?

*Sofía Gancedo**

As mudanças socioeconômicas que enfrentamos nos últimos anos resultaram em um cenário de transformações também para os investidores. Se por um lado a pandemia se mostrou um desafio gigantesco para a economia, dadas as taxas de desemprego elevadas, o alto nível de mortalidade e o isolamento social, por outro, a crise econômica despertou a necessidade de um olhar mais atento dos consumidores para o planejamento financeiro.

Pesquisa realizada pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) mostra que, para 27% dos brasileiros, o aumento da inflação não impacta na decisão de investir ou não. Outros 24% afirmam que isso aumenta a possibilidade de uma nova aplicação.

De toda forma, conforme a digitalização avança e as oportunidades de investimento se tornam mais amplas e acessíveis, cresce também a demanda por mais segurança e confiabilidade nas transações, pois a falta de conhecimento sobre os modelos de investimento pode resultar em apostas fracassadas. Assim, para que o sentimento de incerteza seja combatido, é preciso que se invista em educação financeira.

No Brasil e em grande parte do mundo, contudo, notamos que existe um grande déficit de educação financeira, uma vez muitos chegam à idade adulta sem noções básicas sobre como administrar suas finanças. Esse abismo é ainda maior quando analisamos a participação das mulheres nessa questão. Em pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 15,1% das brasileiras possuem saúde financeira ruim, enquanto que, no universo masculino, esse número é de 8,3%.

O estudo demonstrou também que 53,6% das brasileiras vivem com gastos acima da renda e esses índices podem ser consequência da falta educação financeira adequada para que o público feminino seja mais ativo em seus investimentos. Mais importante que poupar e investir é saber como guardar e fazer as escolhas mais adequadas de investimento para evitar possíveis perdas e desvalorização dos lucros.

Nesse sentido, o levantamento "Women and Investing" evidenciou que, muitas vezes, os aconselhamentos recebidos por mulheres de seus gestores de patrimônio não são satisfatórios, pois não atendem suas necessidades. Essa afirmação foi comprovada por uma outra pesquisa da EY, que aponta que 67% das investidoras em todo o mundo não se sentem compreendidas por seus gestores.

Essa falta de identificação resulta em um gap de conhecimento, que pode desencadear outros problemas para as investidoras. Por exemplo, um dos princípios fundamentais de uma estratégia de investimento é que a carteira de aplicações seja diversificada, tanto em termos de setores e moedas, quanto geografias e ativos, idealmente fixos e tangíveis, como é o caso do setor imobiliário - alternativa mais acessível atualmente graças ao desenvolvimento da tecnologia e das Fintechs em todo o mundo. Essa é uma das medidas recomendadas para evitar perdas totais em caso de desvalorização do ativo. Contudo, segundo levantamento da Onze, fintech de saúde financeira e previdência privada, as mulheres ainda têm preferência por investimentos mais conservadores. Para cumprir com as metas financeiras de 2022, 32,4% delas pretendem investir na poupança.

Nesse contexto fica evidente que a educação financeira precisa se tornar mais acessível e, sobretudo, ser pensada para atender e acolher diferentes públicos de maneira mais abrangente. É essencial compreender demandas e desafios específicos de cada perfil de investidor. Vale ressaltar que empoderar as mulheres com conhecimento sobre finanças também é interessante para o mercado como um todo, pois grande parte dos lares são administrados por mulheres e quase 30% delas pagam todas as despesas de casa sozinhas, de acordo com o estudo "Panorama de Consumo e Investimento da Mulher Brasileira".

A participação da mulher na economia contribui para a geração de empregos e especialmente para a transformação das relações sociais, pois ter controle e conhecimento sobre o próprio dinheiro gera benefícios além da independência financeira; é também uma forma de empoderamento e autonomia. Assim, a educação financeira pode ajudá-las a investir na aplicação certa e obter um retorno esperado, permitindo que muitas saiam de uma posição de dependência e vulnerabilidade para atingir estabilidade financeira de longo prazo.

Co-fundadora e COO da Bricksave, licenciada em Administração de Empresas pela Universidade de San Andrés e mestre em Economia pela Eseade. Recentemente, foi laureada com o prêmio Globant Awards - Women that Build.

ESG de dentro para fora

*Leandro Dutra**

As agendas sociais, ambientais de governança passaram a fazer parte do cotidiano das empresas, dos mais diversos tamanhos e nos mais diversos países. Agrupadas na sigla ESG (do inglês environmental, social and governance), ações nessas três frentes tornaram-se essenciais para a gestão das empresas modernas. Mas nem sempre é fácil implementar e conduzir um programa ESG que esteja em sintonia com as diretrizes e valores do negócio. Ao contrário, trata-se de um grande desafio e que tem levado muitos gestores a procurar consultorias especializadas no assunto.

Para as consultorias, por sua vez, também é uma imensa responsabilidade auxiliar as corporações nesse processo, que deve ser permanente e ter qualidade ímpar. Daí a satisfação da EY por ter sido reconhecida como líder mundial em serviços de consultoria ambiental, social e de governança no relatório mais recente elaborado pela respeitada empresa de pesquisa norte-americana Verdantix: o Green Quadrant: ESG & Sustainability Consulting 2022, disponível no site da empresa.

Entre 15 provedores de serviços analisados pela Verdantix, a EY foi reconhecida como líder em estratégia ESG e programa de sustentabilidade, estratégia de mudança, climática e gerenciamento de desempenho de riscos e governança. No relatório, os serviços EY são recomendados para entidades corporativas que procuram uma organização de consultoria para gerenciar os mais variados programas de ESG.

O relatório da Verdantix é um honroso reconhecimento do nosso trabalho diário. Para atingirmos esse estágio, um importante motor do esforço da EY é a equipe de serviços de mudanças climáticas e sustentabilidade. Criada há mais de 20 anos, trata-se de uma equipe global multidisciplinar e que trabalha em todas as linhas de serviços da EY, ajudando as empresas a entender e lidar com os riscos e oportunidades das mudanças climáticas.

Dentro de casa também fazemos a nossa parte. A EY está comprometida a ajudar e acelerar a ação em prol do clima e capacitar nossos colaboradores a fazer o mesmo. Em 2021, a organização tornou-se carbono negativo, um passo importante e significativo para alcançar a meta de se tornar carbono líquido até 2025.

Para isso, foi estabelecida uma meta agressiva de reduzir as emissões em toda a organização em 40% ao longo dos próximos três anos. São ações do cotidiano em todos os nossos escritórios nos países onde estamos estabelecidos, tais como: redução de emissões de viagens de negócios; redução do uso de eletricidade e incentivo às energias renováveis; investir em ações que incentivem os clientes rumo à descarbonização.

Boas práticas de governança e defesa intransigente da sustentabilidade é um dever de todos nós. Mais do que um reconhecimento de mérito, o relatório da Verdantix é um sinal de que estamos no rumo certo. Trata-se de uma caminhada que une nós, nossos clientes e toda a sociedade. Estamos juntos nessa missão.

**Líder de serviços na área de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da EY Brasil.*

EY
Building a better working world

© 2022 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Como o desempenho ESG vai definir o futuro?

Especialistas da EY ajudam organizações a criar impacto positivo e transformar a vida das pessoas. Saiba mais em **ey.com.br**.

Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta. E melhor se torna o mundo de negócios.

BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil foi reconhecido como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2021 – Global 100, da Corporate Knights, mantendo a posição de liderança alcançada em 2021.

A edição deste ano classifica, ainda, a instituição como a empresa brasileira mais bem posicionada, figurando na 21ª posição no ranking geral. Na última década, o BB foi listado em sete edições, sendo reconhecido como banco mais sustentável do mundo em 2019, 2021 e 2022.

A carteira de negócios sustentáveis, que já ultrapassa R$ 282 bilhões em saldo, permanece sendo o destaque para a classificação no ranking. Ela é formada por linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e social, ou destinada a financiar atividades ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando nosso papel transformador no desenvolvimento do país.

A carteira de negócios sustentáveis do BB é submetida à avaliação independente, que considera as principais taxonomias internacionais para sua classificação, assegurando mais transparência ao mercado.

Para o presidente Fausto Ribeiro, esse resultado demonstra o avanço do BB no uso de critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) nas práticas administrativas e negociais. Além disso, considera que o mercado reconhece o protagonismo do Banco em gerar negócios que contribuem para uma economia de baixo carbono.

"Sermos novamente reconhecidos como o banco mais sustentável do mundo evidencia a decisão acertada de incorporar a sustentabilidade à nossa estratégia corporativa. Continuaremos com o compromisso de apoiar nossos clientes na transição para um portfólio mais sustentável, aprimorando nossas práticas internas", conclui.

O Banco do Brasil é referência em diversos outros índices de sustentabilidade do mercado financeiro, como o DJSI (Dow Jones Sustainability Index), o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e o FTSE (Financial Times Stock Exchange).

O Global 100 é um ranking de sustentabilidade corporativa lançado em 2005 pela Corporate Knights, que classifica anualmente as empresas pelo desempenho em sustentabilidade, avaliando as dimensões econômica, governança, ambiental e social.

Para determinar o ranking, foram analisadas mais de 7.000 empresas de capital aberto com receita bruta mínima de US$ 1 bilhão, em 21 indicadores econômicos, ambientais e sociais como: receita de produtos e investimentos verdes, diversidade no corpo funcional, gestão de emissões de gases de efeito estufa, eficiência hídrica e energética, rotatividade dos funcionários, dentre outros itens.

MDS BRASIL E CREDRISK

O ano de 2022 começou com notícias quentes para o setor de seguros e corretagem. A MDS Brasil, uma das principais corretoras do país no segmento de Seguros, Resseguros, Gestão de Benefícios e Consultoria de Riscos, anuncia a aquisição da CredRisk, empresa especializada em Seguro de Crédito, Gestão de Riscos e Working Capital Solutions.

Com uma carteira de R$ 70 bilhões em recebíveis segurados e prêmios que ultrapassaram o valor de R$ 100 milhões em 2021, a CredRisk é pioneira em Seguro de Crédito no Brasil e exerce o papel de "Trusted Adviser", cuja função é defender os interesses de seus clientes perante as seguradoras, permitindo o acesso a soluções que atendam às suas reais necessidades. A companhia conta ainda com uma gama de produtos e serviços que englobam as demandas mais urgentes do mercado, como Consultoria Especializada em Crédito e Cobrança, Seguro de Crédito, Garantias e Seguro Transporte.

Além de estar em sinergia com o cenário econômico e financeiro do setor, a compra da CredRisk traz significativos ganhos de escala, capilaridade e geração de valor para ambas as marcas. "A aquisição reforça a nossa unidade de negócios de Seguros Patrimoniais / Linhas Financeiras, eleva o nosso nível de especialização e nos coloca na liderança desse segmento do mercado", explica Ariel Couto, CEO da MDS Brasil e Américas Regional Manager da Brokerslink. " Para

Executivos da MDS e CredRisk

além de uma equipe altamente qualificada, incorporamos uma nova carteira de grandes clientes, que passam a ter acesso a todos os nossos produtos e serviços. É uma iniciativa que, assim como as demais, visa tornar a companhia melhor, e não apenas maior", conclui o e executivo.

Thiago Tristão, Vice-Presidente de Riscos Corporativos da MDS Brasil e CEO Brasil da MDS Reinsurance Solutions, destaca que a compra é uma resposta ao momento atual do mercado de crédito: "Os prêmios deste segmento cresceram 20% em 2020 (R$ 530 milhões), em comparação ao ano anterior (R$ 440 milhões), para aproximadamente 720 milhões de reais em 2021, um aumento de 36% em relação ao ano anterior. O crescimento da CredRisk nos últimos três anos foi de 87% na receita do produto e, para os próximos três anos, a estimativa é que a receita dobre", detalha o líder.

ROCK IN RIO 2022

O Rock in Rio, reconhecido como um dos maiores festivais de música do planeta, terá este ano um copo oficial para chamar de seu. A Glück, empresa americana de copos térmicos premium, fechou parceria com os organizadores e estará nas mãos do público, garantindo bebida gelada por até 15 horas para mais de 700 mil visitantes que devem participar do festival.

Segundo o sócio da Glück no Brasil, Marlos Almeida, a marca começará em breve a anunciar o patrocínio em suas ações de comunicação. "Queremos estar nos grandes festivais, onde a gente possa entregar nosso principal valor, que é a pluralidade, e mostrar a qualidade na conservação da temperatura. Be Glück significa 'seja feliz'. O Rock in Rio, assim como a Glück, é um local de pluralidade, música e felicidade".

A 9ª edição do festival no Brasil, muito esperada por amantes da música do mundo todo, vai acontecer entre 2 e 11 de setembro, na capital fluminense depois de ser adiado por um ano por conta da pandemia de Covid-19. Ao longo da história, o Rock in Rio teve 20 edições, oito no Brasil, oito em Portugal, três na Espanha e uma nos Estados Unidos,

sendo que a última edição brasileira foi realizada em 2019, com nomes como o DJ Alok, o cantor Drake, e a banda britânica MUSE.

A Cidade do Rock já se prepara para receber apresentações inesquecíveis. Para este ano estão confirmadas as participações da banda Iron Maiden, Dream Theater, Megadeth, Sepultura + Orquestra Sinfônica Brasileira, Post Malone, Marshmello, Jason Derulo, Alok, Justin Bieber, Dami Lovato, Iza, Guns N' Roses, Maneskin, Green Day, Fall out Boy, Billy Idol, Capital Inicipal, Coldplay, Camila Cabello, Bastille, Djavan, Dua Lipa e Ivete Sangalo e muitos outros.

Outros patrocinadores do evento são C&A, Itaú, Coca-Cola, Volkswagen, TIM, Kit Kat, Americanas, Ipiranga, Doritos, Heineken e Natura. Outras 23 marcas já fecharam acordos de parceria com o evento deste ano.

Serviço Florestal Brasileiro completa 15 anos de gestão das florestas públicas federais

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) comemorou 15 anos, como gestor das florestas públicas federais. Criado pela Lei nº 11.284 de 02 de março de 2006, o órgão tem o objetivo de promover o conhecimento, o uso sustentável e a ampliação da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país.

Ao longo desse período, o SFB vem aprimorando ferramentas de gestão, no âmbito federal, do Cadastro Ambiental Rural, das concessões das florestas públicas e do Inventário Florestal Nacional, dentre outros programas da ciência florestal.

Segundo o diretor-geral do SFB, Valdir Colatto, o Brasil possui uma das mais rigorosas legislações ambientais do mundo. "O desafio do Serviço Florestal Brasileiro num país que possui 500 milhões de hectares de florestas, ou seja, 60% do território, é o desenvolvimento sustentável, a conservação da floresta, a recuperação produtiva das áreas desmatadas e o incentivo de florestas plantadas", afirmou.

Para Colatto, "a mudança do serviço florestal brasileiro para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reforça o empenho do Governo Federal em sintonizar a conservação ambiental com a questão produtiva".

AVANÇOS

No âmbito do CAR, até janeiro deste ano, havia cerca de 7 milhões de imóveis rurais inscritos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Esse número considera o número total de imóveis rurais inscritos, somado ao número de famílias em assentamentos agrícolas e territórios tradicionais de povos e comunidades tradicionais cadastrados. A área total cadastrada no Sicar ultrapassa 566 milhões de hectares, o que corresponde a cerca de 66% do território nacional. O Sicar é, atualmente, uma das bases de dados ambientais mais completas do mundo.

O programa de concessão florestal é considerado uma alternativa para o combate à exploração ilegal de madeira, ao garimpo e outras atividades ilegais dentro das florestas públicas federais. Atualmente, estão em vigência 17 contratos que autorizam o manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, nos estados de Pará e Rondônia, que totalizam uma área de 1,05 milhão de hectares. Nas áreas sob concessão, as ferramentas de monitoramento a as rápidas respostas dos concessionários e dos órgãos fiscalizadores dificultam essas atividades ilegais. Em janeiro, o SFB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram parceria para estruturação dos novos contratos de concessão florestal. No acordo, o BNDES vai propor a modelagem de concessão de 2,8 milhões de hectares de Florestas Nacionais (Flonas), nos estados do Paraná, Santa Catarina e Amazonas.

O Inventário Florestal Nacional (IFN) é o maior levantamento de informações sobre os recursos florestais brasileiros. Um dos diferenciais do IFN é a coleta de dados diretamente nas florestas – naturais e plantadas – incluindo a coleta de amostras botânicas e de solo, a medição das árvores e a realização de entrevistas com os moradores das proximidades. Desta forma, são avaliadas a qualidade e as condições das florestas e a sua importância para as pessoas. O SFB já fez a coleta de dados em 17 estados e no Distrito Federal, totalizando 420 milhões de hectares inventariados, ou seja, 49% do território nacional. Esse estudo permitiu a identificação de 4.473 espécies arbóreas, além de determinar os estoques de madeira, biomassa e carbono para as principais tipologias de nossas florestas. Atualmente, o maior desafio do SFB é terminar o primeiro ciclo e, na Amazônia, a dificuldade é maior. O IFN na Amazônia está em andamento com coletas de dados em 170 pontos amostrais na parte sudeste do estado do Amazonas, com previsão de término em novembro. A expectativa é avançar na produção de conhecimento sobre o bioma em uma região com pouca informação até o momento.

A Amazônia abriga 20 milhões de brasileiros, que podem ter um papel de protagonismo na manutenção das áreas de floresta. Para isso, essa população precisa ter uma atividade que lhe garanta renda e qualidade de vida. O Serviço Florestal Brasileiro está sintonizado não só com essa realidade, mas com as diferentes peculiaridades das florestas de todos os biomas brasileiros. Para isso, tem consolidado suas ações visando o desenvolvimento econômico baseado no manejo sustentável de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, o fortalecimento da bioeconomia das florestas e da implementação dos dispositivos do Código Florestal Brasileiro.

Brasil tem pior clima econômico entre dez países latino-americanos

Parece que não é só na política que o clima anda pesado no Brasil. De acordo com o Índice de Clima Econômico (ICE), levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o indicador construído com base em estudos de especialistas em economia de todo o país apontou 60,6 pontos em uma escala de 200 para o Brasil no primeiro trimestre de 2022. Isso representa uma queda de 2,8 pontos em relação ao primeiro trimestre do ano anterior e coloca o país como o pior clima econômico entre os dez latino-americanos participantes da pesquisa.

Este é o pior resultado desde o segundo trimestre de 2020, quando o país atingiu 40,8 pontos. Desta vez, a queda foi puxada pelo recuo no Índice da Situação Atual, que mede a opinião dos especialistas em relação ao presente.

De acordo com os números, o Brasil é atualmente um dos países com piores prognósticos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre os incluídos na pesquisa. "A piora nas condições macroeconômicas internas e no ambiente político foram alguns dos principais fatores citados para as previsões mais fracas neste trimestre", justificou a FGV, em nota.

Na outra ponta, entre os melhores índices, estão Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador e México. Apenas Uruguai e Argentina tiveram crescimento real em relação ao trimestre anterior. A previsão de crescimento médio para a América Latina este ano é de 2,2%.

A título de comparação, há 14 anos a situação era inversa. Em pesquisa de 2008, o Brasil era apontado pela FGV como terceiro melhor clima econômico da América Latina que, por sua vez, entrava em um período de desempenho econômico ruim.

A melhora das condições macroeconômicas internas e diminuição dos casos de Covid estiveram entre os fatores positivos para o crescimento econômico desses países. No Paraguai, Argentina, Colômbia, Equador e Uruguai a diminuição das restrições à mobilidade foi destacada. No Brasil, nenhum especialista selecionou esse fator.

Guerra pode agravar crise – Mesmo a mais de 10 mil quilômetros de distância, a invasão da Ucrânia por tropas russas, ocorrida nas últimas semanas, pode impactar a inflação e as taxas de juros no Brasil, agravando ainda mais a situação econômica que não anda das melhores no país e dificultando a queda de preços e o aumento do consumo por aqui. Pelo menos em três frentes os brasileiros poderão sentir os efeitos do conflito: nos combustíveis, alimentos e no câmbio. De acordo com a FGV, o Brasil sentirá ainda mais o impacto da crise geopolítica, pois está mais exposto aos fluxos financeiros globais que o restante da América Latina, "com o dólar subindo e a bolsa caindo mais que na média do continente".

FONTE: REDE LADO

Home office e isolamento: como fica a nossa criatividade?

*Maria Vitória S. Cantidiano**

Há uns dois meses eu fui assistir Eduardo e Mônica no cinema, um filme sensível, emocionante e político. Recomendo que assistam! Precisamos prestigiar o cinema nacional!

Mas esse texto não é sobre o filme, e sim o que ele despertou em mim. Depois de sair do cinema, tem sempre aquele momento gostoso que você sai e conversa sobre o que acabou de ver. E isso é o que tem de mais bonito na arte: ela abre a nossa mente e faz a gente questionar e pensar sobre muitas coisas.

Pois então, vamos aos meus devaneios pós filme:

Antes da pandemia, eu costumava ir a exposições, passear na rua (sem pressa e sem máscara), ir ao cinema e ao teatro, viajar, conhecer restaurantes, entrar em bares desconhecidos, conversar com pessoas na rua, analisar letreiros, todas essas coisas que a gente chama de repertório. Repertório é tudo aquilo que você vê e ouve ao longo da vida, vai absorvendo tudo isso, e então essas informações alimentam você de conhecimento e de referências, te ajudando a construir quem você é.

É tipo um disco rígido (ou HD externo, pra ficar mais moderno) e que só faz crescer! Tudo e qualquer coisa pode enriquecer esse arquivo: uma frase num muro, um cartaz de um show, a camiseta de um cara que está na mesa do lado no bar….tudo!

Mas e agora? O que aconteceu com o nosso repertório nesses 2 anos? O que vai ser daqui pra frente? Muita gente voltou a trabalhar fora, mas se tem uma classe que continuou em casa, creio eu, foi exatamente dos que mais precisam dele pra trabalhar: o pessoal de humanas!

Pra quem trabalha com humanas e artes no geral, isso é MUITO importante. O repertório nos ajuda, mesmo inconscientemente, a criar, a ter referências das coisas, a diversificar o nosso olhar. E claro, isso é importante pra todo mundo, porque repertório nos ajuda em todas as áreas da nossa vida, mas isso é um papo pra outro dia.

Aos poucos estamos voltando a fazer as coisas que fazíamos antes, mas a nossa vida profissional nunca mais será a mesma. Trabalhar, criar e prestar serviços (principalmente na publicidade, design e afins) mudou completamente de cenário. As empresas vão continuar adotando o home-office, mesmo em modelo híbrido, principalmente com funcionários autônomos. E além disso, já temos outros fenômenos acontecendo, como é o caso dos nômades digitais, pessoas que decidem usar da possibilidade de trabalhar de onde quiser como um estilo de vida. E o repertório dessas pessoas? Será que contarão mais na hora de serem contratadas? Uma pessoa que está morando na Itália hoje e alguém que mora no Rio de Janeiro: as duas trabalhando pra mesma empresa. Qual o impacto disso?

Para concluir, termino o meu texto voltando pro início dele, para mostrar como repertório, principalmente quando falamos das 7 artes, é algo importante e muito enriquecedor: só pude chegar a esse pensamento e a esse texto porque decidi ver um filme no cinema. A internet nos leva a muitos lugares legais, mas nada substitui as experiências off-line, né?

O que vocês acham disso?

** Publicitária e idealizadora do Vireieco.*

Erros do passado, soluções para o futuro: A herança das políticas econômicas brasileiras do século XX

Neste livro, da **Editora Portfolio-Pinguin**, o economista Affonso Celso Pastore analisa os erros de política econômica cometidos a partir dos anos 1960. Fundamentado em testes de hipóteses, e não na busca de fatos isolados que deem suporte a narrativas atraentes, o trabalho revela ângulos do problema que nunca foram devidamente considerados nas discussões sobre o tema.

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

Almanaque Carioquice 2022 traz dicas e encantos da Cidade Maravilhosa, revelando sua pluralidade e diversidade

Depois de quase dois anos de pandemia, o Rio de Janeiro — cidade aberta ao abraço e à confraternização — está retomando suas atividades culturais no tão falado "novo normal". E é nesse espírito de retomada e de otimismo cauteloso que o Instituto Cultural Cravo Albin (ICCA) e da Insight Comunicação estão lançando o Almanaque Carioquice 2022, que está na quinta edição. Desta vez, a publicação apresenta lugares e histórias da cidade, sob a ótica da diversidade. Nela, as pessoas estão no centro da questão, todas sendo retratadas sob o ângulo da inclusão, do acolhimento, da generosidade, mostrando ao leitor a pluralidade cultural e comportamental do carioca e do povo que o cerca.

O almanaque traz dicas de vários passeios e cantinhos aconchegantes da cidade, assim como sugestões gastronômicas e espaços revitalizados em 2020 e 2021. "O diferencial do almanaque está na originalidade da informação. É uma espécie de revista de revelações e surpresas estimulantes e positivas da Cidade Maravilhosa. O carioca foi muito prejudicado pela crise sanitária, pois ele é o mais fraterno dos brasileiros, comportamento que a pandemia reprimiu por conta do distanciamento social", disse Ricardo Cravo Albin, presidente do ICCA.

Nessa edição, ainda em função da pandemia, o lançamento do Almanaque será por meio de uma campanha de marketing digital para elevar o moral dos moradores do Rio, através de links patrocinados e stories no Instagram (@almanaquecarioquice) e no Facebook, e também de matérias e artigos no site do guia (https://carioquice.insightnet.com.br/). Além disso, serão publicados vídeos com depoimentos de personagens citados na publicação.

Com 128 páginas, o Almanaque Carioquice revela a herança imperial deixada pela presença da Família Real portuguesa na cidade, como é o caso do tradicional bairro de São Cristóvão, onde ficam a Quinta da Boa Vista e o antigo jardim zoológico, atual BioParque do Rio. Aberto em março de 2021, logo na entrada, é possível caminhar numa espécie de viveirão, uma área superior a 1,3 mil metros quadrados e que é habitada por mais de 170 aves de 42 espécies distintas, inclusive algumas ameaçadas de extinção. É uma verdadeira imersão tropical.

Outro ponto de destaque é a Aldeia Maracanã, localizada no antigo prédio do Museu do Índio, nas proximidades do Estádio Mário Filho. Com a mudança do acervo para sua atual sede em Botafogo, a construção ficou abandonada e foi ocupada por cerca de 20 índios de diversas etnias, dando origem a aldeia. Eles reivindicam o espaço para abrigar o grande contingente de indígenas residentes no perímetro urbano. O processo corre na justiça e a ideia é criar, no nano território, um Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas.

Na Zona Sul, tão badalada pelos turistas que visitam a orla de Copacabana ao Leblon, o guia indica duas paradas obrigatórias que já fazem parte da cultura do carioca: a Academia ao Ar Livre, no Aterro do Flamengo, com vista

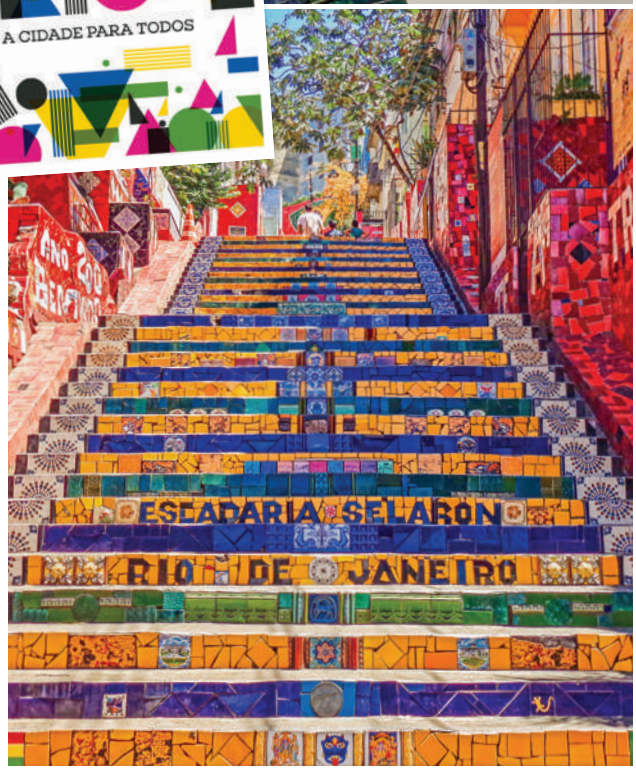
para o Pão de Açúcar, e o Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, que unifica as áreas de proteção ambiental situadas entre os bairros do Leme, Botafogo e Urca. No espaço de 160 hectares podem ser observadas ruínas históricas, diversas árvores nativas e espécies da fauna como sanhaçu, anu, coruja, gavião-carijó e mico-estrela. Recantos com mesas e banquinhos e parquinho infantil complementam a espetacular paisagem carioca.

Já na Zona Oeste da cidade o almanaque destaca o legado sobre rodas deixado pela Rio 2016. Em junho de 2021, a pista de Mountain Bike do Parque Radical de Deodoro foi reativada por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Esportes, a Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (Feccierj) e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). O parque é a segunda maior área de lazer da cidade, com 500 mil metros quadrados de espaço a céu aberto e um dos legados dos Jogos Olímpicos, com capacidade para receber mil pessoas diariamente.

Também na região, o guia exalta a Lagoa da Tijuca, conhecida como o Pantanal Carioca, um paraíso semisselvagem em meio aos prédios da Barra da Tijuca, que abriga o evento Ilha Cultural – A arte está na rua, congregando artesãos, designers e decoradores locais na Gigoia, a maior entre as nove pequenas ilhas do arquipélago da região. A feira ocorre quinzenalmente aos sábados, das 10h às 19h, reunindo 23 expositores em cada edição. A programação pode – e deve – envolver um passeio de barco pelos canais da Lagoa da Tijuca, em que se avistam inúmeras espécies de pássaros, garças, mergulhões, miquinhos, capivaras e jacarés-de-papo-amarelo.

Uma curiosidade interessante que o almanaque destaca foi o lançamento, no dia 28 de junho de 2021 (Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+), o Patrimônio Cultural Carioca do Circuito da Diversidade. O roteiro é sinalizado por uma série de placas contendo nomes de lugares ou personalidades gays que marcaram espaços da cidade com suas atuações. A inciativa foi provida pela Secretaria de Cultura da Cidade do Rio, em parceria com a Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual (Ceds) e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. O objetivo foi honrar o Rio como o título de cidade gay friendly. “Abraçar a diversidade e a pluralidade é a cara do Rio, que é referência para o Turismo nacional e internacional Ricardo Albin.

O guia ainda traz dicas de gastronomia, espaços ao ar livre e fechados para serem visitados e descobertos, provando a pluralidade de encantos que a cidade oferece, para todos os gostos. O Almanaque Carioquice está disponível em: www.almanaquecarioquice.com.br



O que um quintal cimentado tem a ver com as enchentes nas cidades?

PAULO RENATO ALVES

Você se muda para uma bela casa num condomínio horizontal, com um gramado bonito, uma árvore ou jardim ornamentando sua fachada. Mas com um ano você resolve optar pela praticidade, derruba a árvore, acaba com o jardim, tira a grama e cimenta tudo. Essa mudança pode até ser prática no começo, mas não tem nada de sustentável e a longo prazo irá trazer muito mais dor de cabeça e trabalho para você e sua cidade.

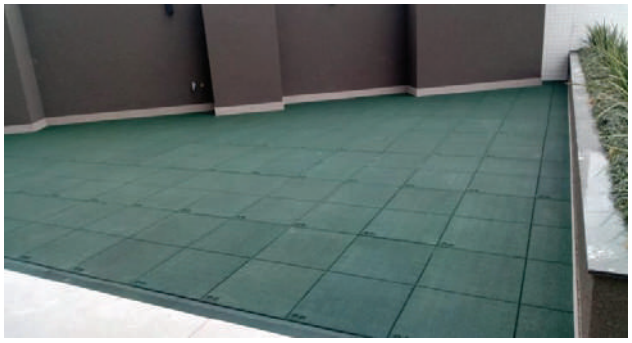
Estamos falando da falta de permeabilidade do solo, um problema que cada vez mais afeta os grandes centros urbanos que reduzem drasticamente a cobertura vegetal e impermeabiliza o solo com asfalto e concreto, o que contribui para a ocorrência de enchentes e enxurradas nos períodos de chuva; e para a escassez de água e aumento excessivo de temperatura nos tempos de seca.

Mas o que o meu quintal cimentado tem a ver com as fortes enchentes que têm ocorrido neste período de chuvas, ou então com a falta d'água durante o tempo de seca? Quem explica é o arquiteto e urbanista Paulo Renato Alves. "A área permeável no terreno é responsável pelo processo de drenagem das águas das chuvas e o abastecimento dos lençóis freáticos. Quando essa água da chuva cai e não encontra um solo permeável para absorvê-la, ela não tem para onde ir, e acaba indo para o asfalto e virando enxurradas ou alagamentos", esclarece.

Ele também explica que ter uma cobertura vegetal maior e mais árvores também ajuda no controle da velocidade com que essa água chega ao solo, já que as folhas irão aparar as gotas da chuva e essa corrente pluvial terá menos velocidade, evitando a ocorrência de enxurradas fortes que sobrecarregam e danificam as redes pluviais.

Períodos de seca

Também na época de seca, a falta de áreas permeáveis e com cobertura vegetal é um problema, pois agrava os efeitos típicos desse período, como calor, baixa umidade e escassez de água. "A maior parte da água que usamos vem



dos lençóis freáticos, principalmente durante as épocas de estiagem, quando mais precisamos de água. Esses aquíferos subterrâneos alimentam as nascentes de rios e os poços artesianos que usamos", salienta o urbanista.

À medida que se tem mais áreas gramadas e com árvores, seja um simples quintal ou um parque público, isso diminui significativamente a sensação térmica dentro do que se conhece como microclima local, conforme explica Paulo Renato. "Goiânia até tem um bom índice de áreas verdes por habitante, mas isso é mal distribuído na cidade. Você tem regiões tão impermeáveis e sem áreas verdes e que formam ilhas de calor, que chegam a registrar uma temperatura 4ºC maior do que em outras localidades onde você tem mais cobertura verde", exemplifica.

Chuvas e crise hídrica

Paulo Renato afirma que a preservação dos lençóis freáticos é uma questão primordial para a manutenção da água potável no mundo. Ele lembra inclusive que a crise hídrica que vivemos no ano passado e os desastres registrados em várias cidades brasileiras no começo de 2022 são, em grande parte, fruto da histórica falta de gestão pública dos recursos hídricos e maus hábitos da própria população.

"Na maioria das residências pela cidade, a área permeável que a prefeitura exige nos terrenos, depois que o proprietário tem o habite-se, é toda cimentada. Então o que acontece com a água da chuva? Ela vai para o chão, sai desse terreno e vai para a rede pluvial, que não suporta e acaba danificada pelas enxurradas. Então essa água não volta para o lençol freático. Portanto, além do uso exagerado, há uma interrupção desse ciclo natural da água, o que com tempo reflete nesse desequilíbrio hídrico que estamos vendo hoje ", explica o arquiteto e urbanista.

XVI FÓRUM IBEF-RIO ENERGIA 2022
ESG
RESSIGNIFICANDO O SETOR DE OIL & GAS
SEXTA-FEIRA
10/JUN
DE 08H30 ÀS 15H00
Centro de Convenções Prodigy/ Aeroporto Santos Dumont
REALIZAÇÃO
IBEF
Rio de Janeiro
main TRENDS
inteligência de mercado
ACESSE A PÁGINA DO EVENTO E GARANTA SUA PARTICIPAÇÃO:

Biometria comportamental ajuda os bancos a identificar possíveis situações de perigo dos clientes

*Cassiano Cavalcanti**

Infelizmente, histórias sobre "sequestro do PIX" são cada vez mais frequente no Brasil: geralmente o criminoso aborda a vítima, fica com ela por um curto período para pegar seus dados e depois a solta. Porém, com o aumento do uso do telefone celular na vida dos cidadãos, este tipo de crime evoluiu e pode englobar outras duas maneiras: na primeira, o celular é arrancado da mão da vítima e os criminosos saem correndo; na segunda, a vítima é obrigada a passar os seus dados ou, até mesmo, transferir dinheiro aos sequestradores.

A criação do PIX (meio de pagamento eletrônico instantâneo), em 2020, teve o intuito de facilitar a forma de os brasileiros realizarem transferências bancárias, proporcionando mais agilidade e praticidade.

É possível considerar que os golpes que surgiram após o lançamento dessa ferramenta são semelhantes àqueles em que a vítima é obrigada a passar seus dados, mas dessa vez pode acontecer de ela ser induzida por "pressão psicológica" e, consequentemente, enganada.

Por esses motivos, foi necessário que as instituições financeiras buscassem medidas para se prevenir e proteger seus clientes de diversas situações de perigo, visto que, hoje em dia, não é mais necessário que o infrator esteja no mesmo ambiente físico que a vítima para conseguir furtá-la ou obrigá-la a passar suas informações. Ele pode fazer isso de forma muito mais rápida e segura por meio do ambiente online, principalmente via WhatsApp.

Segundo uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), em dezembro, o golpe do WhatsApp foi citado por 24% dos entrevistados e houve um aumento de três pontos percentuais comparado ao trimestre anterior. Sendo assim, percebe-se a necessidade de os bancos adotarem soluções eficazes de combate e prevenção a esse tipo de problema.

Para que isso aconteça, é primordial a utilização de métodos mais eficazes. Um deles é o da biometria comportamental, que consiste em uma análise de padrões comportamentais físicos e cognitivos de uma pessoa para analisar a existência de anomalias ou desvios durante toda a sessão bancária online, reforçando a proteção contra fraudes.

Como resultado desta análise, obtemos um "score" do risco que avalia a probabilidade de fraude durante a sessão. Quanto menor o desvio dos padrões comportamentais, menos os bancos precisarão se preocupar com a legitimidade e intenção do usuário, melhorando, assim, a experiência do cliente.

Através da aplicação de modelos de machine learning sobre os dados comportamentais, é possível identificar em tempo real, indicações de estresse e nervosismo (como mãos suadas e hesitação), entre outros insights dos estados físicos e emocionais do usuário. Esses tipos de indicadores são comumente vistos quando uma pessoa se encontra em uma situação de risco.

Com o aumento exponencial do uso do PIX, a quantidade de tentativas de fraudes aumentara na mesma proporção, desta forma os bancos estão sempre buscando tecnologias avançadas e poderosas para tornar o ambiente financeiro cada vez mais seguro para o cliente final, neste contexto a biometria comportamental é fundamental para tornar o espaço de pagamentos cada vez mais seguro, sempre de forma transparente aos correntistas dos bancos.

**Diretor de Pré-vendas da BioCatch na América Latina.*

Kantar: compras de abastecimento caem, conveniência ganha destaque e e-commerce estabiliza em 2021

Atacarejo e Pequeno Varejo foram os canais com melhor desempenho ano passado

A pandemia impactou diretamente o modo de comprar dos brasileiros. Durante os períodos de maior restrição social as compras de abastecimento e online registraram desempenho acima da média. Com o avanço da vacinação no país, a volta das atividades presenciais e a alta dos preços de alimentos e bebidas, o comportamento de compra do consumidor mudou e traz um novo perfil de compra no segundo ano da pandemia.

A nova edição do relatório Consumer Insights, da Kantar, líder global em dados, *insights* e consultoria, aponta importantes mudanças em 2021. Pela primeira vez nos últimos 3 anos, as compras de abastecimento representaram menos da metade do volume total comprado pelo brasileiro. Eram 52,6% em 2019 e caíram para 49,6% ano passado, dando lugar a compras de proximidade e urgência. E o comércio eletrônico não sustenta o ritmo acelerado e se estabiliza, num momento que os casos de Covid-19 diminuem e o isolamento social termina.

Os maiores destaques positivos de 2021 foram os canais atacarejo e pequeno varejo, que conquistaram maior número de novos lares ano passado. Atacarejo atingiu 73% das casas brasileiras, mas os novos compradores (26,6%) consomem menos nesse ponto de venda. Apesar da predominância de compras maiores, o canal foi o que mais apresentou queda no número de categorias no segundo semestre de 2021. Cresceu 12 pontos de penetração (hoje são 43,2 milhões de compradores) em comparação a 2020, mas registrou retração de 16% em volume comprado (atualmente 170 kg por ano por brasileiro), o que pode ser explicado pela alta dos preços e o malabarismo que se tem que fazer para equilibrar gastos.

Canais menores e de proximidade também se fortaleceram no segundo ano da pandemia, evidenciando que conveniência é fator de escolha na hora de comprar. O pequeno varejo conquistou 7,6 milhões de novos lares compradores em relação ao ano pré-pandemia (2019) e hoje representa o maior valor total gasto (23,6%) pelo brasileiro nos canais de compra de bens de consumo massivo (FMCG). Os canais de supervizinhança também registraram boa performance, alcançando mais 1,8 milhões de domicílios compradores,

com destaque para o ganho de penetração no Estado de São Paulo, onde já atinge metade dos lares.

O comércio eletrônico, que vinha em forte ascensão desde o início da pandemia em 2020, agora se estabiliza, num momento em que as pessoas voltam para as ruas. Foi positivo em ganho de penetração (3,6 p.p.) no último trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, mas negativo em unidades (-26,6%) no mesmo intervalo.

Vale salientar, entretanto, que o meio de acesso puro (venda através de site ou aplicativos próprios de players que só operam online) registrou incremento de 215,7% no 2º semestre de 2021 em relação ao 1º semestre do mesmo ano, e que o atacarejo foi um dos canais que mais contribuiu positivamente para o online no segmento não puro no 2º semestre.

A Kantar é líder global em dados, insights e consultoria. Atuamos em mais de 90 mercados e somos a empresa que mais entende como as pessoas pensam, sentem, compram, compartilham, escolhem e veem. Ao combinar nossa experiência sobre o conhecimento humano com tecnologias avançadas, ajudamos nossos clientes a entender as pessoas e inspirar crescimento.

Teoria da perda da chance leva em conta frustração de oportunidade séria e real para fins de reparação

*Estela Aquino**

A teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance surgiu na França (perte d'une chance), na década de 60, com o objetivo de imputar responsabilidade a um médico que, ao errar um diagnóstico, retirou as chances de sobrevivência da vítima.

Atualmente, essa teoria possui ampla aceitação no ordenamento jurídico brasileiro, como uma caracterizadora de dano na esfera da responsabilidade civil, ainda que incerta a concretização da vantagem esperada pela vítima, ficando a cargo da doutrina e da jurisprudência a sua aplicação com base na analogia com o direito comparado.

Este artigo focará principalmente na análise dos critérios de aplicação da teoria da perda da chance no ordenamento jurídico brasileiro, abordando também os parâmetros utilizados pelos tribunais para quantificação do dano.

A APLICAÇÃO DA TEORIA

A responsabilidade civil por perda de uma chance reconhece a possibilidade de indenização nos casos em que alguém se vê privado da oportunidade de obter uma futura vantagem ou de evitar um prejuízo, devido à prática de um dano injusto.

A chance perdida deverá ser séria e real, representado muito mais do que uma simples esperança subjetiva da vítima. Cabe, portanto, ao magistrado analisar a probabilidade de obtenção do resultado esperado com base na ciência estatística.

Assim, para que se configure a responsabilidade civil por perda de uma chance, é necessário que estejam presentes as condições que ocasionaram a reparação, como o dano (perda da probabilidade séria e real), a conduta omissiva ou comissiva do agente, e o nexo causal entre tal conduta e o resultado danoso.

O ordenamento jurídico brasileiro não regulamenta o instituto de forma expressa, porém os artigos 5º da Constituição e 186 e 927 do Código Civil reconhecem o direito indenizatório da vítima em caso de danos causados por terceiros. Assim, não há como ignorar a existência de um dever de reparação nos casos em que a vítima perde uma oportunidade bastante razoável de se obter uma vantagem ou evitar um prejuízo, em razão de um dano causado por outra pessoa.

Na hipótese de chance séria e real, esta passa a ter valor econômico e, portanto, a ser passível de indenização. Sob esta perspectiva, é que se admite que a chance passa a integrar o patrimônio do indivíduo.

Recentemente, a Terceira Turma do STJ aplicou a teoria para condenar um advogado a indenizar sua cliente, em cerca de R$ 7 mil, por ter perdido o prazo para apresentação de embargos monitórios. De acordo com o jugado, caso o advogado tivesse apresentado os embargos tempestivamente, a cliente poderia ter tido algum proveito – ainda que parcial ou ínfimo – com o seu julgamento.

É importante destacar que a indenização por perda da chance jamais poderá ser igual ao benefício que a vítima obteria se tivesse conseguido o resultado útil esperado, já que caso a indenização seja fixada em valor igual ao que a vítima deixou de lucrar, o caso seria de lucros cessantes e não de perda de uma chance.

Assim, para a quantificação da indenização, o magistrado deverá partir do valor do resultado útil esperado e sobre este fazer incidir o percentual de probabilidades de a vítima obter aquele resultado, não fosse o ato do ofensor. Ou seja, a chance de lucro sempre deverá representar valor inferior à vitória esperada.

Sobre o tema, também vale mencionar o caso do "Show do Milhão" (REsp nº 788.459/BA), que é considerado o leading case em matéria de responsabilidade civil por perda de uma chance no STJ. A participante em questão tinha acertado todas as perguntas até o momento, chegando na "pergunta do milhão" e acumulando, assim, R$ 500 mil até aquela etapa.

A pergunta do milhão era a seguinte "A Constituição reconhece direitos dos índios de quanto do território Brasileiro?". Como possíveis respostas, a programa apresentou quatro opções: (a) 22%, (b) 2%, (c) 4% ou (d) 10%". No entanto, a participante optou por não a responder e encerrar sua participação, por entender que a pergunta, da forma em que foi formulada, não havia como ser respondida, já que não há na Constituição qualquer indicação ao percentual relativo às terras reservadas aos indígenas.

Em sede de ação indenizatória, a participante requereu a condenação da emissora ao pagamento de R$ 500 mil, por ter perdido a chance de receber essa quantia em razão da

conduta da ré de formular uma pergunta impossível de ser respondida. A sentença julgou procedente o pedido, o que foi mantido em segunda instância.

A ré, então, interpôs recurso especial, tendo o STJ reformado a decisão para reconhecer que as chances de acerto da "pergunta do milhão" seriam de 25% (R$ 125 mil), percentual que refletiria as reais expectativas de êxito da participante, já que a pergunta do milhão continha quatro alternativas de resposta.

Nesse caso, o STJ aplicou corretamente os parâmetros para a quantificação do dano decorrente da perda da chance, já que caso a indenização fosse mantida no valor de R$ 500 mil, estar-se-ia premiando a vantagem frustrada e não a chance perdida pela participante.

Dessa forma, a adoção da teoria da perda da chance exige que o julgador bem saiba analisar a seriedade da chance perdida, sendo esta indenizável desde que, mais do que uma possibilidade, haja uma probabilidade suficiente de se obter um lucro ou de se evitar uma perda. Em outras palavras, deverá ser afastada qualquer reparação por frustração de esperanças subjetivas e imaginárias, eis que não merecedoras de tutela.

A quantificação do dano em questão deverá ser feita de forma equitativa pelo julgador, com base na análise da probabilidade de obtenção do resultado esperado pela vítima, o que resultará necessariamente em um valor inferior ao do benefício perdido.

Embora a doutrina e a jurisprudência já tenham delineado relevantes fundamentos a serem considerados na análise de eventual caso concreto. Esse debate jurídico é relativamente recente e ainda enseja em entendimentos controversos perante os tribunais brasileiros, principalmente quanto à análise dos parâmetros de quantificação da chance perdida. Assim, fica principalmente a cargo dos doutrinadores e dos operadores do direito o desenvolvimento do assunto na seara da responsabilidade civil.

Advogada do Cescon Barrieu Advogados.

Cruzeiro marítimo deve pagar impostos sobre mercadorias comercializadas em território brasileiro

Para magistrados, cobrança é legal

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve sentença que determinou o recolhimento dos tributos incidentes sobre as operações realizadas a bordo de cruzeiro marítimo internacional, na temporada 2016/2017, em território brasileiro.

Para o colegiado, a União atuou legalmente, uma vez que as companhias de cruzeiro internacional, que navegam por águas territoriais brasileiras, estão sujeitas ao ordenamento jurídico disposto no artigo 102 do Código Tributário Nacional (CTN).

"Como é sabido, além do transporte de passageiros, as viagens de cruzeiro oferecem aos turistas a prestação de serviços diversos e a venda de produtos em bares e lojas existentes no interior do navio. Assim, tais operações realizadas em território nacional são passíveis de tributação, consoante previsão legal", afirmou o desembargador federal relator André Nabarrete.

As empresas responsáveis pela embarcação turística na costa do litoral brasileiro alegavam ser ilegal a exigência do recolhimento de tributos federais em cruzeiros internacionais. Assim, pediram na Justiça Federal para não pagar os valores referentes à comercialização de mercadorias no interior do navio, como Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Importação (II), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS).

Após a 12ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP julgar o pedido improcedente, as empresas recorreram ao TRF3. As autoras alegaram, além da ilegalidade da cobrança, que as operações praticadas em um cruzeiro internacional se enquadrariam no regime de trânsito aduaneiro, não sujeitas à incidência tributária.

Ao analisar o caso, o relator desconsiderou a alegação dos autores. "A entrada de bem estrangeiro no território nacional, isto é, a sua incorporação à economia interna para industrialização, comércio, uso ou consumo, extingue o regime aduaneiro de admissão temporária e materializa a hipótese de incidência dos tributos na importação (II e IPI, além das contribuições destinadas ao PIS/COFINS), o que impõe o dever de pagamento", salientou.

O magistrado acrescentou que incide o IRPJ, além da CSLL, em virtude da renda obtida pelo cruzeiro com as operações realizadas em território nacional. Por fim, o relator ressaltou que a IN SRF nº 137/1998 e a Norma de Execução COANA nº 06/2013 não violam o princípio da legalidade tributária (artigo 5º, inciso II, da CF) e cumprem a função regulatória das obrigações aduaneiras/tributárias impostas pela legislação federal.

Assim, a Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento às autoras e manteve a sentença que determinou o pagamento dos tributos sobre as mercadorias comercializadas no cruzeiro.

Apelação Cível 0024717-31.2016.4.03.6100

Momento é propício para investimento em imóveis nos Estados Unidos

*Leandro Otávio Sobrinho**

Forte aquecimento do mercado imobiliário e queda momentânea da cotação do dólar no Brasil oferecem boas perspectivas para o investidor brasileiro

Dados recentes da Orlando Realtors®, associação dos corretores de imóveis de Orlando (EUA), demonstram que o mercado imobiliário americano continua em franca expansão. Relatório recente da entidade apontou um aumento de quase 32% nas vendas de imóveis entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021, com um volume superior a US$ 1,1 bilhão. Os imóveis também tiveram uma valorização expressiva de 21,8%, subindo de US$ 275 mil para US$ 335 mil no mesmo período.

Leandro Otávio Sobrinho, sócio da Raise Investor, empresa de investimentos imobiliários nos Estados Unidos, considera que este é um momento propício para os brasileiros investirem em um negócio seguro e de boa rentabilidade em moeda estrangeira. "Embora a oscilação no câmbio seja algo natural de mercado, historicamente o dólar se valoriza mais do que o real após corrigida a inflação. Outro ponto relevante para o investidor iniciar os investimentos em dólar, na prática, é não tentar adivinhar o melhor dia e sim fazer diferentes operações que vão trazer um câmbio médio, ou seja, calcular o câmbio na média das remessas realizadas, para assim, evitar ser impactado diretamente por uma remessa feita no dia X ou no dia Y", comenta, em relação à recente queda da moeda americana em relação à brasileira.

O empreendedor brasileiro ainda ressalta o déficit no mercado imobiliário americano em relação à demanda. O relatório da Orlando Realtors® apontou uma oferta menor de imóveis em janeiro de 2022 comparada ao mesmo mês de 2021, com um inventário de 2.379 unidades contra 4.233 do ano passado. "Para se ter ideia, as vendas realizadas totalizaram 3.033 em janeiro deste ano contra 2.727 de 2021, além do tempo médio menor de listagem dos imóveis nas imobiliárias, caindo de 49 para 32 dias, ou seja, isso mostra um mercado extremamente aquecido com menos oferta. Portanto, nada melhor do que fazer investimento em um negócio que tenha alta demanda e pouca competitividade", argumenta.

Leandro ressalta que a Raise Investor está lançando produtos que vão desde a faixa popular, como a primeira casa na faixa de US$ 180 mil; passando pela classe média com townhomes, equivalente às casas geminadas no Brasil; partindo para casas na região central de Orlando mais voltadas para executivos; chegando finalmente às casas de condomínios de alto padrão, acima de um milhão de dólares, fazendo um mix no portfólio de investimentos em construção.

Ele também aponta uma demanda reprimida por imóveis menores, como studios e lofts nas áreas centrais das grandes cidades, como Miami, Orlando, Tampa, que acomodem casais ou pessoa morando sozinha. "Essa é uma oportunidade que pode ser explorada pelo mercado em 2022", estima.

Renda passiva ou incorporação

Leandro Sobrinho também esclarece a dúvida do investidor sobre qual investimento imobiliário mais vantajoso, a compra de imóvel para obtenção de uma renda passiva em dólar ou a incorporação. Segundo o empreendedor, são dois bons formatos de investimento. "É óbvio que a renda passiva traz um risco menor, porque tem basicamente a oscilação da inadimplência de um aluguel que aqui se resolve rapidamente, as ações de despejo são muito rápidas e o único risco é ficar alguns meses sem inquilino", explica.

Já a incorporação, de acordo com Leandro, oferece uma rentabilidade maior, embora o risco também seja maior. "Depende muito do perfil do investidor. A remuneração média de uma aplicação em banco nos EUA é de 1% a 1,5% ao ano, dependendo muito do capital que você tem. Com a locação é possível fazer 6% ao ano numa média ponderada. É voltada para um perfil mais conservador. A incorporação pode ter rentabilidade superior a 12%", correlaciona.

SOBRE LEANDRO SOBRINHO

Empreendedor serial no Brasil desde os 22 anos, Leandro Otávio Sobrinho graduou-se em Direito, mas foi empreendendo que se encontrou profissionalmente. Foi proprietário de choperia, restaurante, franquias de óculos, de bolsas femininas e escola profissionalizante.

Hoje, morando nos EUA, Leandro conseguiu adaptar seu modelo de gestão que iniciou em um restaurante e che gou a uma empresa de investimentos e incorporadora de imóveis. Atuando na Flórida com foco no público local americano e residentes, neste ano já conta mais de 40 unidades entre fase de projeto e construção em andamento, com expectativa de gerar mais de 2 mil empregos indiretos e meta de dobrar o faturamento nos próximos dois anos.

Para mais informações, acesse www.raiseinvestor.com ou pelo Instagram raise.investidor

**Sócio da Raise Investor.*

Mercado brasileiro recepciona regulamentação de energia eólica offshore

*Thiago Vallandro Flores e Rodrigo Murussi **

Atualmente, no Brasil, toda a geração de eletricidade renovável oriunda de fontes eólicas é decorrente de usinas terrestres (onshore), não havendo, até o momento, usinas marítimas (offshore) operantes - em que pese, segundo dados do IBAMA, existam em análise projetos de parques eólicos offshore com aproximadamente 46 gigawatts de potência, distribuídos por cerca de 23 projetos a serem desenvolvidos em diversos Estados brasileiros.

Há que se ressaltar também o potencial ainda adormecido de exploração do mercado de hidrogênio verde, incipiente no Brasil, o qual poderá aproveitar a energia eólica offshore para fins do processo de eletrólise (utilização da eletricidade para decompor a água em oxigênio e hidrogênio), o que poderia contribuir para um aumento maior dessa matriz no Brasil.

Endereçando a lacuna regulatória existente para usinas marítimas, o governo federal editou, em 25 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.946/2022, o qual entrará em vigor em 15 de junho de 2022 e regulamenta a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais para geração de energia elétrica a partir de empreendimentos eólicos offshore.

A norma regulamenta que a autorização do direito de uso de bens da União em espaços físicos localizados em águas interiores, no mar territorial e o aproveitamento dos recursos naturais na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para geração de energia elétrica offshore será autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), mediante celebração de contrato de cessão de uso onerosa de bem público, observados certos dispositivos legais.

Neste sentido, a cessão de uso - que será onerosa quando tiver por finalidade a exploração de central geradora de energia elétrica offshore e gratuita quando tiver por finalidade a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - se dará por meio de: (i) cessão planejada, a qual consiste na oferta de prismas previamente delimitados pelo MME a eventuais interessados, mediante processo de licitação; ou (ii) cessão independente, a qual envolve a cessão de prismas requeridos por iniciativa dos interessados em explorá-los – após ser obtida a cessão de uso, deverão ser conduzidos pelo empreendedor os estudos necessários para identificação do potencial energético offshore, observados critérios e prazos a serem definidos em ato específico do MME.

Com relação à outorga para exploração do serviço de geração de energia elétrica, esta deverá ser requerida à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quando da conclusão dos estudos para identificação do potencial de geração, sendo que, de acordo com o Decreto, o MME poderá ainda delegar à Aneel as competências para firmar os contratos de cessão de uso e para realizar os atos necessários à sua formalização.

Assim, a regulamentação é muito bem recebida pelo mercado, eis que corrobora práticas de sustentabilidade e ESG, cada vez mais adotadas por empresas de diversos setores da economia brasileira na busca de reduzir os impactos ambientais decorrentes de sua atividade produtiva por meio do consumo de fontes de energia renovável.

Nesta linha, diversas empresas consumidoras de elevadas quantidades de energia elétrica vêm buscando alternativas

que estejam alinhadas com suas metas de sustentabilidade e têm optado por modelos como, por exemplo, contratação de energia no mercado livre e a autoprodução de energia elétrica – modalidade em que a empresa consumidora de energia terá direito a determinados descontos nas tarifas e encargos setoriais incidentes sobre a energia efetivamente produzida por suas usinas e consumida exclusivamente por suas atividades produtivas – a qual poderá também ser aplicada para projetos eólicos offshore.

Superada a lacuna regulatória, outro grande desafio que deverá ser enfrentado pelos empreendedores para a implementação de eólicas offshore no território nacional está associado aos elevados custos para estudos de desenvolvimento, construção e operação de projetos desta natureza, haja vista as suas características especificas e a alta tecnologia dos equipamentos necessários para a fundação e instalação de torres eólicas em ambientes marinhos (atualmente sem produção nacional).

Portanto, vem em boa hora a promulgação do Marco Legal do Mercado de Câmbio (Lei nº 14.286/2021), – que entrará em vigor 1 ano após sua publicação – prevendo expressamente a indexação em moeda estrangeira de contratos firmados entre exportadores e empresas que exploram projetos em diferentes setores de infraestrutura por meio de concessão, permissão, autorização ou arrendamento.

Embora determinados aspectos da referida lei estejam sujeitos a regulamentação posterior pelo Banco Central do Brasil (inclusive, eventualmente, a definição de exportadores para os fins acima indicados), fato é que se traduz em grande potencial de impacto positivo ao financiamento de longo prazo para projetos de infraestrutura, como os eólicas offshore, haja vista ser essa uma demanda de longa data do mercado e que terá a capacidade de ampliar substancialmente as alternativas de funding em moeda estrangeira ao permitir um endereçamento mais claro do risco de desvalorização cambial comumente presente nesse tipo de operação – inobstante o mercado de energia já venha implementando estruturas jurídicas sofisticadas que abordam, do ponto de vista legal e contratual, tais riscos com base na regulamentação vigente.

Thiago Vallandro Flores e Rodrigo Murussi são, respectivamente, sócio coordenador e associado pleno da área de Financiamento de Projetos no Dias Carneiro Advogados.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4° andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040-003
Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br
LinkedIn: ibef-rio | Instagram: @ibef_rio | Facebook: ibefrio

BIÊNIO 2021/2023 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidente: *Márcio João de Andrade Fortes*
Membros: *Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Jorge Saul Doctorovich*
Membros: *Luiz Affonso Neiva Romano e Gustavo Carvalho Pierotti*
Suplentes: *João Carlos Reichmann Mader, Paulo Sergio Costa Lima Marques e Roberto Bar*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: *Gustavo Damázio de Noronha*
1º Vice-presidente: *Sérgio Burrowes Raposo*
Vice-presidentes: *Fernando Potsch de Carvalho e Silva, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia e Patricio Marques Roche*
Secretário Geral: *Marcos Chouin Varejão*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende e Valmar Paes.

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Rosangela Cavalcante

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Ministério do Meio Ambiente quer incentivar cadeia do biogás no Brasil

O ministro de Meio Ambiente, Joaquim Leite, cumpriu agenda de dois dias no Oeste do Paraná, em março, para conhecer projetos de geração distribuída e de tratamento de resíduos que servirão de referência para políticas públicas do governo federal relacionadas à descarbonização da economiza, como o programa Metano Zero, do MMA, que tem como objetivo a redução de emissões de gases de efeito estufa.

O roteiro do ministro começou nas obras da Central de Bioenergia de Toledo, município que concentra a maior produção de suínos do estado. Desenvolvida pela Itaipu Binacional com apoio da a prefeitura municipal e do CIBiogás, com um investimento total de R$ 11 milhões, a central vai tratar diariamente 350 m³ de dejetos de 17 propriedades rurais.

Além de permitir a autossuficiência em energia a partir de dejetos da suinocultura, o sistema neutraliza impactos ambientais e gera benefícios econômicos, a partir da venda de energia para a rede pública e, futuramente, com a obtenção de créditos de carbono.

A estimativa para a Central de Toledo é de produzir 3.800 MWh/ano, energia suficiente para abastecer 1.400 residências. Paralelamente, a central deverá contribuir com a redução de 50 mil toneladas de CO2 equivalente/ano, o que corresponde às emissões evitadas de 30 mil veículos leves ou, ainda, ao plantio de 250 mil árvores.

Para o ministro Joaquim Leite, a iniciativa é importante para contribuir com as metas nacionais de redução de emissões de metano, compromisso assumido pelo Brasil durante a Conferência Mundial do Clima, COP 26, em Glasgow, na Escócia. “O próximo desafio é ganhar escala e agregar valor ao biogás com a produção de biometano a ser utilizado em substituição ao diesel, reduzindo significativamente a utilização de combustíveis fósseis”, afirmou Leite.

Para a Itaipu, o projeto, além de contribuir com a redução de emissões, também está ligado à segurança hídrica (a qualidade e quantidade de água da região), pois trata adequadamente os dejetos da suinocultura e que, assim, deixam de contaminar a água e o solo.

Além de iniciativas apoiadas pela Itaipu, a programação do ministro nesta quarta-feira também incluiu projetos da iniciativa privada em Ouro Verde do Oeste. Na quinta, o roteiro segue com visitas à Central Termelétrica a Biogás de Entre Rios do Oeste; à Unidade Produtora de Desmamados da Lar, em Santa Helena, e ao Aterro Sanitário de Cascavel.

FOTOS: ROMEU DE BRUNS / ITAIPU BINACIONAL

DANNEMANN
SIEMSEN

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
À ARBITRAGEM E LITÍGIOS ESTRATÉGICOS.

SOMOS DANNEMANN SIEMSEN

Mais de 120 anos de assessoria a clientes nacionais e internacionais, nas principais demandas da advocacia cível e empresarial de excelência, atuando em diversas áreas do Direito e segmentos da indústria. Além de líderes em Propriedade Intelectual na América Latina, somos referência em consultoria jurídica e litígios estratégicos.
Com um time de mais de 180 profissionais, altamente capacitado, oferecemos soluções inovadoras e focadas em resultados, nas mais diversas especialidades, da Privacidade e Proteção de Dados ao Direito Ambiental, de Contratos Comerciais à Recuperação Judicial.

Uma trajetória de mais de 120 anos pautada por um forte compromisso social e ambiental.

Rio de Janeiro
55 21 2237 - 8700

São Paulo
55 11 2155 - 9500

Brasília
55 61 3433 - 6694

dannemann.com.br

Imagens: iStock

RIO: 7 DIFERENCIAIS NA ECONOMIA, TURISMO E ESPORTE.

- Sede das 3 principais sociedades de negócios do Brasil: Petrobras, Vale e BNDES.
- Cidade mais visitada na América do Sul, tendo o Cristo Redentor, uma das 7 Maravilhas do Mundo Moderno.
- Sede das 3 maiores festas populares do país: Carnaval, Reveillon e Rock in Rio.
- Única cidade da América Latina a sediar uma Olímpíada e duas finais de Copa do Mundo.
- Sua paisagem natural é Patrimônio da Humanidade, sendo a primeira área urbana do mundo listada pela UNESCO.
- Tem um povo inteligente, alegre e trabalhador.
- BKR, única com sede no Rio de Janeiro, entre as sete maiores empresas de Auditoria do Brasil.

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 500 escritórios em 80 países.

31 anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Brasília - DF

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com